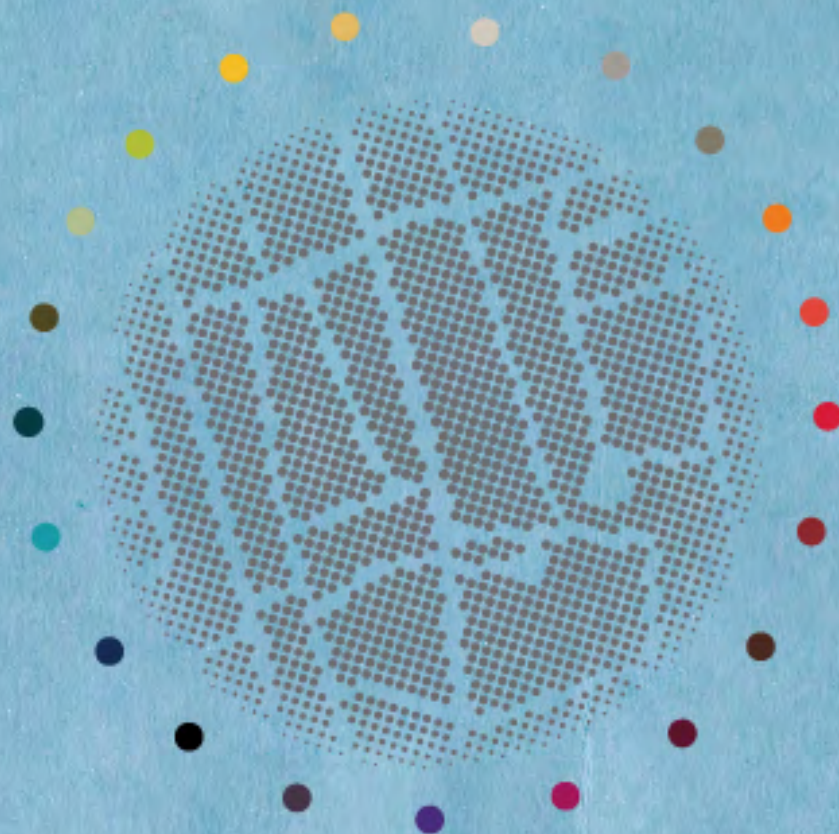


TERRITÓRIO INVENTIVO



**TERRITÓRIO INVENTIVO:
DISSEMINAÇÃO E DIÁLOGOS**

Copyright © Observatório de Favelas do Rio de Janeiro
Território Inventivo / organizadores: Aruan Braga e Lino Teixeira. – Rio
de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2020.
119 p. ; PDF ; 23 MB

ISBN: Nº 978-65-87016-00-9

1. Ciências sociais. 2. Favelas – Aspectos sociais – Rio de Janeiro. 3.
Serviço social – Rio de Janeiro. I. Silva, Jailson de Souza e. II. Observatório
de Favelas do Rio de Janeiro.

CDD: 307.3098153

Todos os direitos desta edição estão reservados ao Observatório de Favelas
do Rio de Janeiro.

Rua Teixeira Ribeiro, 535

www.observatoriodefavelas.org.br
contato@observatoriodefavelas.org.br

Organizadores:

Aruan Braga

Lino Teixeira



LINHA
VERMELHA

AVENIDA
BRASIL

LINHA
AMARELA

Organizadores:
Aruan Braga
Lino Teixeira

TERRITÓRIO INVENTIVO: DISSEMINAÇÃO E DIÁLOGOS

RIO DE JANEIRO
2020

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO . **08**

2 SOBRE O OBSERVATÓRIO DE FAVELAS . **12**

3 SOBRE O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO . **14**

4 INTRODUÇÃO . **16**

5 FAVELAS COMO TERRITÓRIO INVENTIVO: POLÍTICAS URBANAS NA PERSPECTIVA DO PARADIGMA DA POTÊNCIA . **20**

6 O TERRITÓRIO INVENTIVO DA MARÉ . **24**

7 MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIAS DE USO: A FUNDAÇÃO DO TI (DA INVISIBILIDADE CARTOGRÁFICA PARA A VISIBILIZAÇÃO DE POTÊNCIAS TERRITORIAIS) . **47**

8 OFICINAS TEMÁTICAS COM ATORES DIVERSOS: ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE . **65**

9 ETAPA PESQUISA TERRITORIALIDADES INVENTIVAS DA CULTURA . **101**

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS . **116**

1. APRESENTAÇÃO



O Território Inventivo é parte integrante das utopias construídas no âmbito do Observatório de Favelas e traz consigo o sentido claro de incidência política que marca a instituição. Este livro é, portanto, o resultado da sistematização deste projeto desenvolvido desde 2014, inicialmente no conjunto de favelas da Maré, e que consiste, em linhas gerais, na produção de conhecimento, processos formativos, proposições e ações no campo das políticas urbanas visando a construção de cidades democráticas e justas. O ponto de partida é o que chamamos Paradigma da Potência das favelas – novas formas e conteúdos capazes de representar e valorizar a vida em territórios populares em vias de superar os estereótipos de carência e os estigmas de violência cristalizados na sociedade.

Fruto de amplas redes de parcerias e colaborações históricas, devemos necessariamente iniciar o relato deste projeto com os devidos agradecimentos à mãos e mentes que construíram essa história. Iniciamos agradecendo ao CAU/RJ, nosso mais recente parceiro, a quem devemos a existência deste livro e do conjunto de vídeos e seminários que pudemos realizar em 2019. Temos a certeza de que é o início de uma parceria fundamental para desdobramentos maiores do projeto.

Em segundo lugar agradecemos o mais antigo parceiro e sem o qual não teríamos realizado os primeiros esforços de concepção e realização do projeto, a instituição Redes da Maré. A figura marcante da Eliana Souza é central na elaboração do projeto. Fundamental também foi a colaboração dos colegas Alberto Aleixo e Henrique Gomes, membros da Redes da Maré, na elaboração dos primeiros inventários realizados ainda em 2014. Sem o profundo conhecimento emprestado por esses dois ao processo não teriam sido realizados os mapas de uso com o mesmo resultado e precisão. Este processo de mapeamentos e inventários em 2014/15 contou com a coordenação de Felipe Moulin que também ajudou a esquadriar as primeiras formatações do Território Inventivo e a realização da base cartográfica. Realizados os primeiros esforços de mapeamento o projeto se consolida efetivamente a partir do convênio estabelecido com a secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, em 2014. Sem esse importante convênio não teria sido possível escalar o projeto as suas atuais dimensões.

Também somos gratos ao arquiteto Pedro Évora, parceiro histórico do Observatório de Favelas que não só contribuiu na elaboração das primeiras bases cartográficas da Maré como na proposição do projeto Farol da Mare, parte integrante do Plano Urbanístico Território Inventivo Polo 1.

Os inventários sobre cultura e economia na Maré, realizados em 2017/2018, ocorreram no âmbito do Observatório Cultural da Fundação Itaú Cultural. Ao longo deste processo agradecemos aos colegas da Redes da Maré, Maira Gabriel, Julia Rossi, e aos colegas do DataLabe, Gilberto Vieira e Clara Sacco, que participaram da concepção e desenvolvimento do projeto. Também agradecemos a atuação dos bolsistas que muito contribuíram para os resultados obtidos em campo. São eles: Brenda Vitoria, Diego Reis, Allan dos Santos e Camilla Felipe.

Não podemos deixar de destacar a maravilhoso trabalho de coordenação pedagógica desempenhado por Lidiane Malenquini em inúmeros processos formativos do Território Inventivo.

Outro agradecimento importante é ao colega Pablo Benetti que participou ao longo de diversas etapas do projeto e trouxe suas pesquisas da UFRJ para contribuir junto ao processo. A contribuição de todas e todos citados anteriormente foram indispensáveis para os resultados obtidos e para a atual sistematização do projeto, esforço no qual o presente livro se insere.

Esta publicação está organizada em um conjunto de textos introdutórios; a saber: Apresentação; sobre o Observatório de Favelas e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro e a Introdução.

APRESENTAÇÃO

O capítulo um - “O Território Inventivo da Maré” - tem por objetivo lançar as premissas conceituais e estratégicas que norteiam o projeto.

Neste capítulo, procuramos demonstrar a partir de qual concepção de cidade propomos as políticas urbanas e os urbanismos presentes no Território Inventivo.

Ali está presente a forma como compreendemos a produção do urbano calcada na perspectiva do que chamamos Paradigma da Potência das favelas: conjunto de conceitos e metodologias articuladas no sentido da superação das lógicas hegemônicas sobre os territórios populares, que vem orientando, em última instância, as políticas públicas nesses territórios.

No capítulo dois procuramos apresentar de maneira mais sistematizada e aprofundada a estrutura geral, estratégias e resultados que compõem o Território Inventivo em toda a sua história. Ali estão explicitados, além do contexto territorial em que se inicia o projeto, os principais conceitos norteadores e as metodologias aplicadas. Apresentamos a partir dos quatro eixos que materializam o projeto – reconhecimento das potências; articulação; formação; incidência política – as principais ações e iniciativas que marcam a trajetória desta tecnologia social.

No capítulo três descrevemos o movimento inicial do projeto, sobre o qual construímos os elementos estruturantes do projeto. Neste capítulo mostramos o caminho que vai desde a produção das primeiras bases cartográficas, os primeiros mapeamentos de uso e diagnósticos urbanos e as primeiras proposições urbanísticas colaborativas. Em linhas gerais, demonstramos o movimento que vai desde o vazio cartográfico até o reconhecimento das potências do território, confluindo para a realização de proposições colaborativas para os espaços da favela.



O capítulo quatro apresenta a experiência da Oficina de Espaço Público e Mobilidade realizada na Maré em 2016. Fruto de um esforço coletivo com diversas instituições do poder público, sociedade civil e academia, a oficina consistiu na elaboração de propostas urbanísticas colaborativas dentro do recorte chamado Território Inventivo Polo 1 e representa, além dos resultados propositivos, a consolidação de metodologias de mediação e articulação entre atores diversos na produção de propostas urbanas coletivas.

O capítulo cinco apresenta a pesquisa sobre a cultura e sua economia dentro do Conjunto de favelas da Maré. A pesquisa qualitativa foi realizada com 120 artistas individuais e coletivos, produtores e instituições ligadas à arte e cultura.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender não só as condições de criação e fruição artística no conjunto de favelas da Maré, mas, sobretudo, compreender as condições de produção e trabalho com o sentido de contribuir para a elaboração de políticas urbanas voltadas para o campo da cultura.



2. SOBRE O OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

O Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de interesse público, fundada em 2001, e dedicada à produção de conhecimento, à sistematização e implementação de metodologias de intervenção e à ação pública voltadas para a incidência política na cidade a partir das favelas e periferias urbanas.

Nossas ações são pautadas por uma agenda de Direitos à Cidade fundamentada na ressignificação das favelas através do Paradigma da Potência, perspectiva que desnaturaliza as expressões hegemônicas de carência e ausência que recaem sobre estes territórios e ressalta as experiências e as práticas inventivas de seus moradores para superar as distinções corpóreo-territoriais de direitos produzidas por dinâmicas urbanas fragmentadas e hierarquizadas. Em suma, construímos experiências que combatem as desigualdades e fortalecem a democracia a partir da afirmação das favelas e periferias como territórios de potências e direitos.

Desta rica trajetória nasce o Território Inventivo da Maré em 2014, o qual possibilitou o acúmulo de experiências significativas na proposição de uma nova política urbana para a cidade tendo a favela como referência principal. Nestes cinco anos, diferentes etapas e ações foram implementadas no âmbito do projeto, consolidando uma tecnologia social inovadora premiada e reconhecida nacionalmente.

Neste momento estamos em curso com o processo de sistematização e disseminação do Território Inventivo em outros contextos e realidades, esforço no qual este livro se inscreve. Com efeito, desejamos estimular e inspirar processos de diagnóstico participativo que ultrapassem a identificação das condições de vida, mas ressaltam estilos de vida que se contrapõem e enfrentam as dinâmicas históricas da desigualdade urbana. Ao fim e ao cabo, estas expressões de (re)existência devem pautar as ações públicas e privadas que buscam diminuir as hierarquias e segregações socioespaciais da cidade.

Para tanto, contamos com a parceria do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ) através do edital de Patrocínio Cultural. Além das condições objetivas para realização desta publicação, a concretização desta parceria ressalta a relevância e a potência do Território Inventivo para contribuir com a formação e o trabalho de arquitetos urbanistas e planejadores urbanos. Além da inegociável articulação e interação com os sujeitos que vivem e usam território da cidade, se mostra imprescindível no atual contexto a ação mais atenta e sensível para o conhecimento e os saberes populares oriundos das favelas e periferias no fazer da cidade.

Aruan Braga

Diretor executivo do Observatório de Favelas



3. SOBRE O CAU/RJ

A favela é um território criativo e rico em sociabilidade. O projeto Território Inventivo da Maré: disseminação e diálogos, contemplado pelo Programa de Patrocínio Cultural do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ), ratifica tal afirmação. Apesar das inúmeras potencialidades, as favelas do estado do Rio de Janeiro seguem negligenciadas pelo poder público, que nega o direito à cidade para milhares de cidadãos e cidadãs.

Fazemos coro aos princípios do Observatório de Favelas quanto à urgente necessidade de ressignificar as favelas como territórios ricos em sociabilidade. O Território Inventivo da Maré é, nesse sentido, uma contribuição importante, que busca não só a produção e a disseminação de conhecimento, mas também a construção de novas metodologias e de proposições urbanas, as quais visam a superação de estigmas sobre as favelas que vêm, em maior ou menor grau, orientando as políticas públicas para os territórios populares.

Como parte desse projeto, esta publicação consolida-se como uma valiosa ferramenta de promoção da reflexão crítica sobre a cidade em suas mais diversas formas, sobretudo das favelas enquanto espaço de moradia de uma parcela significativa da população.

O Direito à Cidade não pode ser restrito à uma pequena parcela da população. O acesso à moradia adequada, infraestrutura, assim como aos serviços públicos de qualidade e às oportunidades de emprego e de lazer, deve ser estendido para toda a população. A metodologia inovadora deste projeto, embasada na prática de processos educativos e na cartografia social, apresenta-se como diretriz para a construção de uma cidade mais justa. Precisamos valorizar e respeitar o protagonismo e as potencialidades dos moradores do conjunto de favelas da Maré na formulação de planos para o seu futuro. Por isso, o CAU/RJ tem orgulho de participar deste amplo grupo de atores comprometidos com o projeto, apoiando, em especial, a produção desta obra que resguarda e compartilha a memória dos moradores e da própria Maré.

Reconhecer as favelas como espaços de inovação e cultura é essencial. Só assim conseguiremos construir cidades menos desiguais e com qualidade de vida para todos. Parabenzamos o Observatório de Favelas pela iniciativa e esperamos que o conteúdo surpreenda também os leitores.

Jeferson Salazar

Presidente do Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Rio de Janeiro

4. INTRODUÇÃO

As favelas da cidade do Rio de Janeiro e, especificamente, o conjunto de favelas da Maré possuem a marca do não reconhecimento de sua legítima presença na cidade, sobretudo quando são tratadas como territórios carentes e violentos. Os estigmas que marcam sujeitos e territórios acabam por orientar políticas públicas a eles destinadas. Pautadas por lógicas racionais verticalizadas, as políticas acabam por desqualificar a participação dos moradores e toda a sua criatividade para encontrar soluções para suas moradas e estilos de vida. Uma expressão determinante desta lógica se expressa na invisibilidade imposta aos territórios de favela. Até o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 as cartografias oficiais da cidade não incluíam os espaços favelados em suas representações. Assim, os resultados da ação governamental em territórios populares são, em geral, incompletos e descontínuos em relação àqueles protagonizadas por moradores e, não raras vezes, incapazes de responder suas demandas efetivas.

É justamente dessas contradições que emerge a necessidade de construir novas formas de formular e executar políticas públicas de direitos, envolvendo sujeitos/territórios em uma perspectiva capaz de reconhecer suas potencialidades e reposicionar o papel dos seus moradores enquanto protagonistas das transformações urbanas exigidas para superar as desigualdades sociais.

Fruto de uma linhagem de iniciativas imbuídas deste sentido - **Guia de Ruas da Maré¹, Censo Poda Maré, Censo de Empreendimentos²** - o Território Inventivo da Maré atua na busca pela produção de conhecimento, metodologias e proposições urbanas que visem a superação dessas lógicas e dos estigmas sobre as favelas que vêm, em maior ou menor grau, orientando as políticas públicas para os territórios populares.

O Território Inventivo apresenta uma tecnologia social inovadora para a produção de propostas urbanísticas tendo como objetivo a construção de um projeto de cidade plena, rompendo com as fronteiras materiais e imateriais impostas a seus moradores.

O Território Inventivo consiste em processos de educação urbanística como disparadores da formulação de conceitos, elaboração de metodologias e proposição de políticas de desenvolvimento urbano. Trata-se de um novo horizonte na construção de políticas públicas de direitos e de qualificação de ações coletivas no território. A referência fundamental da educação urbanística é a valorização das potências e dos atos criativos presentes em territórios populares.

¹<http://of.org.br/acervo/guia-de-ruas-da-mare-2014/>

²<http://of.org.br/acervo/censo-de-empreendimentos-mare/>

INTRODUÇÃO

Desta forma, está no cerne das atividades do Território Inventivo a realização de processos educativos que contribuam para a formação crítica de sujeitos voltados para o pensamento e para a ação sobre a cidade e, sobretudo, sobre as favelas. Busca-se mobilizar coletivos de jovens, organizações governamentais, entidades da sociedade civil, dentre outros, em processos de confluência para enfrentar e superar as desigualdades sociais e orientar a construção de arranjos territoriais de desenvolvimento urbano em favelas. “Chegarmos a esse lugar é transformamos as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências (Antônio Nego Bispo, 2015)”.

O ponto de partida é o instrumento cartográfico, item básico para a produção de conhecimento e diagnósticos urbanos sobre as favelas. Este aspecto se apresenta como elemento primordial de reconhecimento dos territórios e de suas dinâmicas socioespaciais no conjunto da cidade.

A partir de novas formulações teóricas e conceituais emergem, demonstrando como é indispensável a compreensão do processo de formação das favelas e de sua inserção na cidade contemporânea para a produção de propostas urbanísticas pertinentes e alinhadas à realidade da vida. Por outro lado, também se impõe uma metodologia de elaboração de processos e ações participativas e colaborativas a partir da mediação de uma miríade de grupos que compõem a produção da cidade, desde os agentes do poder público até as lideranças e moradores de favelas, em especial. A mediação e concertação dos diversos atores (setor público, academia, organizações da sociedade civil e moradores) para o diálogo e trabalho conjunto no sentido de consolidar diagnósticos desenvolvidos e elaborar propostas urbanísticas para a favela é um desdobramento imprescindível do Território Inventivo.

Para tanto, quatro eixos estruturam as ações do Território Inventivo. São eles:

1. Reconhecimento de potências: Construção de bases cartográficas detalhadas sobre os usos do território que possam suprir a ausência consistente de informações sobre as favelas a partir de inventários participativos elaborados em conjunto com moradores para reconhecer saberes e fazeres do território.

2. Mobilização social: Mediação entre os diferentes grupos e organizações que participam das favelas e de sua integração a outras organizações de direitos presentes na cidade. Busca-se articular saberes e fazeres populares dos moradores aos grupos e lideranças locais criando envolvimento do poder público e das universidades, com o objetivo a realizar ações formativas para proposições plurais de agendas de direitos em favelas.

3. Formação: Organização e realização de atividades formativas no campo da educação urbanística voltada para jovens moradores de favelas, sobretudo para formar inteligências do território. Trata-se de uma rede colaborativa para investimento na formação crítica e multidisciplinar sobre o ordenamento e planejamento urbano em territórios populares, tendo como seu referencial conceitual o Paradigma da Potência . A educação urbanística aqui proposta almeja associar os processos formativos aos processos inventivos de proposição e criação dos sujeitos das periferias.

4. Visibilização: Processos de visibilidade de agendas propositivas buscam influenciar políticas públicas e as ações coletivas sobre os territórios populares, bem como estimular o debate e a reflexão junto à opinião pública. Para esta etapa são desenvolvidas atividades como ciclos de debates, seminários, fóruns, além de peças publicitárias e campanhas de comunicação. O conjunto de processos de ações de visibilidade contribuem decisivamente para a difusão de uma educação urbanística crítica e uma consciência territorial sustentadas pelo reconhecimento das potências das comunidades populares em suas inventividades e de sua importância para políticas de desenvolvimento urbano equitativo na cidade.

Para saber mais, ver: <http://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/>

5. FAVELAS COMO TERRITÓRIO INVENTIVO

FAVELAS

Por Aruan Braga, Bira Carvalho, João Felipe Brito, Jorge Luiz Barbosa, Lino Teixeira e Monique Bezerra da Silva*

*“a manhã deságua
a cidade se adentra
eu
a mergulho”*

O paradigma hegemônico das cidades europeias e coloniais é o da racionalidade das formas como ordenadoras das relações sociais, o domínio dos objetos sobre os sujeitos. Uma contradição quando consideramos as referências clássicas, em especial a polis da Grécia Antiga. Segundo Aristóteles, as cidades-estados gregas eram resultado natural da associação humana (família - aldeia - cidade). Portanto, polis era o ambiente socioespacial em que se realizavam as interações de um conjunto de indivíduos, associados seja por meio da ação, seja por meio do discurso.

O caráter deliberativo dos cidadãos da polis grega era primordial e assegurava a participação deles nas decisões coletivas, de forma autônoma e responsável. Para os gregos antigos, reconhecer que o homem³ é um animal propício à vida na cidade (polis) implicava em afirmar também que ele é um “animal político” dotado de palavra e ação.

Outra referência fundamental para os modelos ocidentais de cidade, mas que converge em propósito, advém dos romanos. A palavra latina civitas (plural, civitatis) se refere à condição dos sujeitos que, na Roma Antiga, gozavam de direitos e deveres sociais - civis (“cidadão”) + itas (“condição de”). Este termo expressa a relação direta entre a vivência num território e o exercício de uma vida social harmoniosa e justa. Revela também o elemento fundamental da vida cidadina: uma sociabilidade orientada tanto para a convivência entre pessoas diversas e desconhecidas quanto para a participação ampliada na esfera pública. Em suma, a cidade era pensada pelos romanos como o lugar dos cidadãos e da prática da cidadania.

³ Eram considerados cidadãos aptos à prática política em Atenas, por exemplo, apenas os homens adultos, filhos de pai e mãe atenienses, uma minoria, haja vista a exclusão para a participação dos estrangeiros, escravos e mulheres.

“cidade
 em meio a tua carne
 te rasgo
 e penetro teu âmagô
 por entre veias
 e ruelas
 onde cachorros dão o ar
 da graça”

Aplicada ao longo dos séculos a conjuntos densos de pessoas e edificações de diferentes culturas e tradições, a definição ocidental de cidade - materializada na ideia de urbe e desenvolvida pela urbanização - acabou tornando-se mundialmente hegemônica a partir de uma configuração sociohistórica específica: a cidade moderna e industrial. Nesse processo, as cidades contemporâneas assumem-se como espaço da produção, da circulação e da troca de mercadorias, entre elas a força de trabalho. Este modelo de cidade, ao mesmo tempo em que amplia suas escalas humana, espacial e material, minimiza seus fundamentos clássicos e imateriais, cívicos e políticos: a esfera pública aberta ao debate e à contestação; a participação autônoma e ativa na deliberação dos rumos da vida coletiva e do comum; o convívio harmonioso e ético entre diferentes e desconhecidos.

*"a cidade treme
com o barulho de latarias de motocicletas
(em calçamentos mal nivelados)
que enfeitam ouvidos
como brincos enfeitam orelhas*

*motos com caixas de som
botijões com gás
garrações com água
motos com gente”*

Convivência, participação, deliberação, autonomia e comum conferem um significado específico ao arranjo social urbano, uma marcação política-conceitual particular de um projeto de “cidade plena”. Os lugares e territórios da vida cotidiana, ainda que urbanizados, ainda que as materialidades e serviços básicos da urbe os alcancem, só se constituem como cidade se inseridos nas arenas e processos políticos que definem a organização, os sentidos, a distribuição dos recursos e ativos, e os planos para o futuro desta mesma cidade. E, quando carentes destes elementos, os territórios urbanos se aproximam da não-cidade, onde não está reconhecido o ethos social e democrático próprio da cidade.

Em contrapartida, alguns espaços urbanos trazem referências que atualizam os princípios clássicos para a cidade contemporânea. Os territórios populares, em especial as favelas, apresentam relações de vizinhança e parentesco marcadas por vínculos de solidariedade e reciprocidade; forte valorização das áreas comuns como lugar de convivência; elevado grau de autorregulação do espaço público, afirmando experiências e exercícios de autonomia; o convívio entre grupos de nacionalidades, etnias e religiões distintas; formas alternativas de serviços e equipamentos urbanísticos, como resposta à insuficiência, ausência e/ou inadequação dos investimentos públicos e privados; bem como modelos participativos e coletivos, como movimentos e organizações sociais, de luta pela afirmação e invenção de direitos, ampliando as referências de demandas e de ações públicas de democratização da cidade (Carta da Maré – Manifesto das Periferias, 2017)⁴.

⁴<http://revistaperiferias.org/wp-content/uploads/2019/07/periferias-manifesto-3-portugues.pdf>

*“a rua nasce
sem casas
sem postes
sem gente
com nome (...)*

*a rua se batiza
rua do mercado rua do canal rua da caixa d’ água
rua da mangueira rua do cruzeiro rua do clube (...)*

*a rua vive
casas botam suas calçadas
de fora
postes e seus fios se enrolam
e no alto toma a visão”*

A partir destes territórios, a nossa proposta defende que as políticas urbanas devem ter como orientação o sentido ampliado e pleno de cidade e de cidadania, retomando seus fundamentos clássicos. Devem agir sobre ela, a cidade, não apenas a partir de sua materialidade (edificações, equipamentos e serviços urbanísticos), mas também reconhecendo e incorporando a multiplicidade de ações e representações dos diferentes sujeitos, grupos e comunidades que convivem nesse ambiente socioespacial amplo, denso e diversificado. Memórias e patrimônios intangíveis, saberes e técnicas, manifestações artísticas e culturais conformam a cidade em sua plenitude. Uma política de cidade deve orientar as intervenções no tecido urbano a fim de superar as desigualdades entre seus múltiplos cidadãos e territórios, com base na afirmação de suas potências e, por conseguinte, no reconhecimento e na valorização da diversidade social e cultural.

*“tudo sai
os meninos
os cachorros
as pessoas
os mosquitos
as casas não”*

É central na construção do espaço urbano a indagação se determinada estrutura ou equipamento é capaz de alargar a cidade ou se terá efeito contrário, restringindo-a. Por trás desta indagação subjaz a constatação de que a urbe se constitui para além do urbanismo; no entanto, não se faz sem saberes e técnicas, sem cooperação e trabalho coletivo. Se as urbanidades e o planejamento urbano não são dispensáveis, afinal a cidade só se constitui sobre uma base material, tampouco são suficientes para a constituição de uma cidade plena: democrática, inclusiva, diversa, segura e inventiva, que aproveita todas as suas potencialidades para maximização do bem-estar de quem dá sentido à sua existência, as cidadãs e cidadãos. Ela, a cidade, precisa do encontro, da fruição, do ócio, das festividades, da organização justa e eficiente do trabalho, em suma, da valorização e da reprodução da sua essência humana e coletiva.

*“não sei
da cidade*

*não a entendo
a encontro”*

* Equipe do eixo de Políticas Urbanas do Observatório de Favelas

* Trechos do livro-poema “À cidade” de Mailson de Souza (prêmio Jabuti 2018)

* Carta da Maré – Manifesto das Periferias, 2017

6. O TERRITÓRIO INVENTIVO DA MARÉ

APRESENTAÇÃO

O território Inventivo consiste em um conjunto de conceitos, pesquisas e propostas urbanas a partir de metodologias inovadoras orientadas para a construção de políticas urbanas a partir da cultura e da educação. Em linhas gerais, o projeto promove processos formativos e ações de incidência política baseados em atividades de reconhecimento de saberes e de práticas populares de potência em favelas e territórios populares. Buscamos formular e implementar ações, bem como estimular a construção de proposições que contribuam para superar as profundas desigualdades sociais da cidade.

Território Inventivo é recurso e abrigo de redes colaborativas de realização e compartilhamento de diagnósticos participativos e mapeamentos cognitivos sobre as territorialidades inventivas populares, buscando oferecer proposições para agendas de direitos que orientam o desenvolvimento urbano.

O encontro de práticas de arte e cultura faz das favelas um território de inventividades estéticas populares que, mesmo com a notória limitação de recursos e equipamentos públicos e privados, faz de suas praças, ruas, becos, muros, lajes e bares as suas territorialidades de diferentes cenas estéticas. Das festas de sonoridades e bailados às experimentações teatrais. Da produção e exibição de produtos visuais aos passeios estilísticos dos skates. Do colorido dos grafites nos muros aos pagodes com churrasco nas lajes.

São configurações de encontros, percursos e táticas que habitam um mesmo território de pertencas na complexidade da vida urbana. E mais: são dinâmicas urbanas que precisam ser reconhecidas socialmente e tomadas como referências de políticas urbanas nas favelas, em territórios populares em geral, mas também para todo o conjunto da cidade. É justamente por esse prisma de análise que o Território Inventivo ganhou sentido e horizonte de realização.

O projeto se organiza a partir de quatro eixos estruturantes que juntos indicam o percurso que vai dos conceitos e teorias, passa pelo desenvolvimento e implementação de metodologias e acaba por incidir no debate e nas políticas públicas. O eixo de reconhecimento das Potências é voltado para a produção de análises, bases cartográficas, mapeamentos e proposições urbanas em favelas; o eixo II de Mobilização busca sensibilizar e engajar diversos grupos e organizações atuantes nos processos de gestão e ocupação territorial;

o eixo III de Formação, busca a organização de cursos e atividades formativas no campo da educação urbanística voltadas, especialmente, para jovens moradores de favelas; e o eixo IV, de Visibilização, procura difundir as agendas propositivas, consolidando os processos realizados nas etapas anteriores, no sentido de incidir sobre as políticas públicas e nas ações coletivas na cidade, assim como influenciar o debate público sobre as favelas.

Adentrar nesse universo complexo para contribuir na promoção e no compartilhamento de potências urbanas em atos concretos é o horizonte de sentido do Território Inventivo. Como afirma Jordí Borja (El Urbanismo de las ciudades creativas, 2009), a nova modernidade reclama inovação, criatividade e predisposição para mudança. Esses elementos estão associados ao que definimos como inventividade prático-simbólica, aquelas que permitem a multiplicação de possibilidades de geração ideias, de bens, serviços e tecnologias que territórios populares inventam em resposta às demandas de direitos objetivos e subjetivos.



Rua 7 da favela Vila do João, enfeitada para a Copa de 2010. Conjunto de favelas da Maré, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Francisco Valdean / Imagens do Povo



TERRITÓRIO INVENTIVO

INFOGRÁFICO EIXOS

Coloquio 'Território Inventivo': encontro sobre redes urbanas de arte e produção cultural na Maré.



Seminário 'O que é Periferia, afinal I':

encontro sobre redes urbanas de arte e produção cultural na Maré.



Seminário 'O que é Periferia, afinal II': encontro sobre redes urbanas de arte e produção cultural na Maré.



Seminário Territorialidades da Cultura II: encontro sobre redes urbanas de arte e produção cultural na Maré.



Seminário Novos Paradigmas no urbanismo I, II e III: ciclo de encontros sob patrocínio do CAU/RJ sobre urbanismo em favelas na perspectiva da potência das periferias.

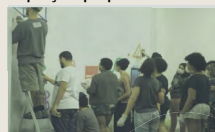
Artigo Territorialidades da Cultura: publicação de resultados da pesquisa.



'O que é Periferia, afinal? I':

O Módulo 1 do curso tratou da temática Território e Política, debatendo a história das favelas no Rio de Janeiro e no mundo.

'O que é Periferia, afinal? II': O Módulo 2 tratou sobre arte e cultura nas periferias urbanas, mirando as práticas estéticas criadas em espaços populares.



'O que é Periferia, afinal? III':

O Módulo 3 tratou da comunicação e informação na periferia, focando nas práticas inovadoras em periferias.

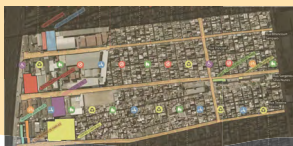
Ciclo de Oficinas: Temáticas centrais foram comunicação, pesquisa social e utilização de dados em favelas e periferias

Curso de Extensão ECO e FAU-UFRJ: curso de extensão sobre as relações entre comunicação e urbanismo em favelas na perspectiva da potência das periferias.



Fórum de desenvolvimento urbano: mobilização de sujeitos do território para a elaboração de agendas urbanas em espaços populares e de uma cidade mais plural a partir das potências das favelas.

Plano Território Inventivo Polo 1: plano urbanístico para o recorte específico da Nova Holanda e trechos do Parque União e Parque Maré, procurando potencializar esta centralidade cultural e econômica da Maré.



Oficina de Espaço Público e Mobilidade: projeto estrutural coletivo para a Maré proposto pela a Redes da Maré e o Observatório de Favelas em parceria com o IPP, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, FAU-UFRJ, IPPUR-UFRJ e ITDP.



Fórum ambiental: participação em grupos foiais de formulação de etapas do plano ambiental municipal.

Plano Diretor municipal: participação em grupos foiais de formulação de etapas do plano diretor municipal.

mapeamentos e diagnósticos:

conjunto inventários e diagnósticos urbanos sobre a Maré, possibilitou a construção de planos urbanísticos e políticas urbanas.



base cartográfica:

A base, além de suprir vazios em mapas oficiais da cidade, permitiu a elaboração de diagnósticos e proposições.

Pesquisa Territorialidades da Cultura:

Objetivo de mapear de práticas culturais em suas condições de produção a partir de entrevistas de campo visando à elaboração de políticas urbanas com foco na cultura..



Extensão FAU-UFRJ:

pesquisa de extensão sobre a evolução urbana do conjunto habitacional Tijolinho.



mototaxis Maré: pesquisa qualitativa com motaxista na Maré

Território e Cultura: referências populares para a superação das desigualdades

Embora a complexidade do debate sobre o conceito de cultura ainda se faça presente em diversos campos do conhecimento e nas disciplinas acadêmicas, adotamos aqui a sua interpretação como uma experiência concreto-simbólica que implica reconhecer a dinâmica das apresentações e representações de crenças, signos, técnicas, hábitos e valores criados e corporificados por ou em indivíduos e coletivos sociais em seus territórios de existência. Nessa perspectiva, convidamos o conceito de território para a construção de nosso trabalho, uma vez que, para além de abrigar recursos e objetos por meio dos quais criamos e experimentamos a vida em sociedade, é também o território uma invenção simbólica. Então, podemos afirmar que cultura e território estão em tessitura na pluralidade de existências sociais. Como relembra Milton Santos: “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2002, p. 10). No território estão as invenções e marcações de signos, de memórias e de valores tangíveis e intangíveis que encarnam o sentido da cultura em nossas vidas. E justamente por meio da apropriação do território que se geram os usos culturais e os estilos estéticos. Portanto, o território emerge como um acervo prático-simbólico construído, mas também onde tudo pode ser continuamente reconstruído e reordenado das mais diferentes maneiras possíveis (BARBOSA, 2018).

No horizonte conceitual enunciado, o território não é um recorte de espaço-tempo fechado em si mesmo e com fronteiras absolutamente rígidas ou impermeáveis.

O território deve ser percebido e vivido a partir de franjas porosas, por onde as relações de troca de ideias, de valores, de linguagens e signos se realizam em intensidades diversas, inclusive como desigualdade social e distinção de direitos.

Ou seja, estamos falando da construção de movimentos de proximidades, afetividades e conflitos que fazem a cultura assumir uma geografia de intenções e ações humanas. É a partir da consideração do território como fruto e semente de transformações que podemos abordar o sentido da territorialidade em nosso trabalho. A comunicação de sujeitos sociais por meio de diferentes linguagens é uma herança, mas também um aprendizado dos indivíduos e grupos em seus territórios de existência. Esse movimento traduz a consciência de pertencer a uma mesma residência da vida e ter um chão em comum de reconhecimento. Assim, emerge a territorialidade como qualidade de atuações (duradouras e/ou efêmeras), como força de afirmação, de disputa e de negociação simbólica no território. A territorialidade é, portanto, uma tática de envolvimento entre sujeitos implicados na afirmação corpóreo-simbólica de suas existências.

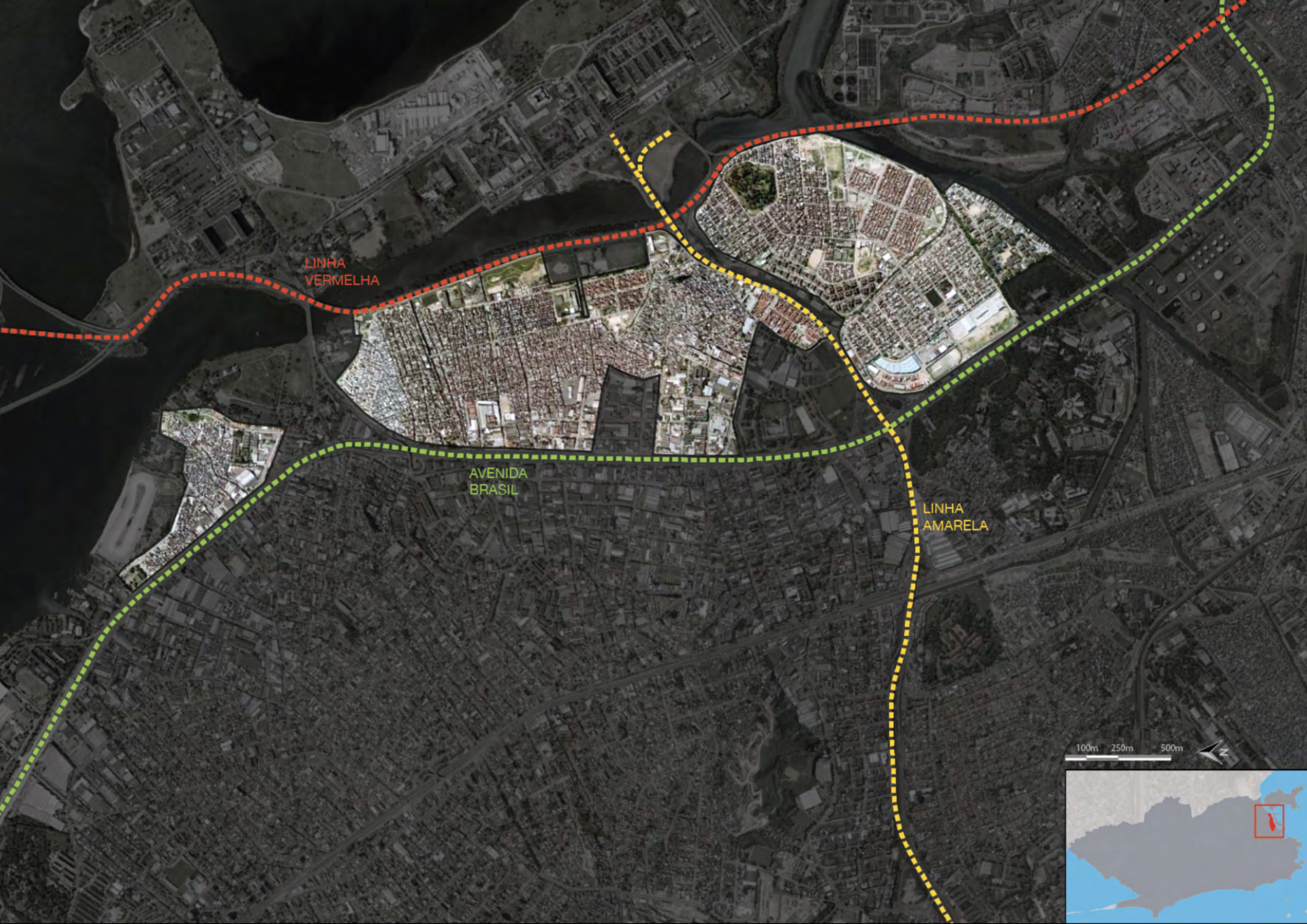


Vista da rua no Aglomerado Barragem Santa Lucia. Minas Gerais, Brasil.
Copyright Francisco Valdean / Imagens do Povo

Todavia, o estudo de territórios populares exige compreender as condições de desigualdade social impressas na reprodução do cotidiano ordinário de seus residentes, ao mesmo tempo que se aprimora a percepção para o entendimento das possibilidades de mudança nos acontecimentos extraordinários, nas fissuras e nas centelhas provocadas pelas subjetividades dos sujeitos sociais. Desse modo, o território poderá guardar dos mais recônditos repertórios simbólicos aos mais explícitos, contribuindo para exteriorizar o significado da cultura como dispositivo de visibilidade de sujeitos de direitos. É no território que a cultura ganha essa dimensão de imaginário compartilhado, traduzindo as possibilidades de sua apropriação como conceito e sua visibilidade como prática social de cidadania.

A Maré: Recorte Territorial Original

A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Lá encontramos aproximadamente 140 mil pessoas vivendo em 16 comunidades populares [Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Morro do Timbau, Vila do João, Conjunto Pinheiro, Vila do Pinheiro, Novo Pinheiro (conhecido como Salsa e Merengue), Bento Ribeiro Dantas e Conjunto Esperança]. Sua localização, às margens da Avenida Brasil, já se faz indicativa de sua história, pois foi justamente com a criação dessa principal via expressa da cidade que as primeiras famílias construíram suas moradas, ocupando terrenos e manguezais em suas proximidades. Hoje, os domicílios presentes na Maré são mais de 40 mil, distribuídos em comunidades com fisionomias urbanas distintas.

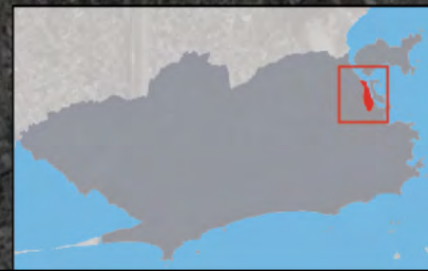


LINHA
VERMELHA

AVENIDA
BRASIL

LINHA
AMARELA

100m 250m 500m



COMUNIDADES DA MARÉ



COMPLEXO DA MARÉ



HABITANTES

136.474

DOMICÍLIOS

43.449

ESTABELECIMENTOS
ECONÔMICOS

3.182

ÁREA METRO QUADRADO

267.500

Esse encontro de pessoas e territórios na Maré significou a construção de abrigos para trabalhadores pobres da cidade e suas famílias; pessoas que jamais pouparam seus maiores esforços para garantir o seu legítimo direito de habitar a cidade.

A Favela da Maré é, assim, um território feito de encontros entre pessoas e vidas socialmente construídas, e não um conjunto de casas ou ruas apressadamente consideradas como precárias ou carentes.

Enfrentar preconceitos e estigmas sociais é um dos desafios comuns no cotidiano dos moradores da Maré. E, como todas as demais favelas da cidade, a Maré é um território que é recorrentemente tratado como carente, sem ordem, sem lei e violento. Todavia, um olhar mais atento (e generoso) encontrará formas de sociabilidade fundadas em valores para convivências plurais, em códigos de usos de espaços comuns e em modos coletivos de mobilizar serviços públicos. Esses empenhos para criar condições para viver juntos são permanentes, apesar das condições de desigualdade profunda em que vivem quando comparados aos demais bairros formais da cidade, incluindo nessas condições a exposição a violência urbana, em razão da forte presença de grupos criminosos em disputa territorial e das incursões militarizadas de forças de segurança do Estado.

Um destaque importante é a notória presença de jovens nas favelas que compõem a Maré. Essa população jovem vem demandando cada vez mais seus direitos a educação, cultura e lazer, constituindo exigências significativas de agenda democrática de políticas públicas.

Um exemplo claro acerca da ação inventiva e disruptiva do ordenamento desigual da cidade pode ser identificado na produção e fruição de arte e cultura na Maré. Assim como nas demais favelas da cidade, não encontramos em sua paisagem mais imediata os equipamentos indicadores da cultura urbana, a exemplo de museus, bibliotecas, galerias, cinemas e teatros. Todavia, a situação não pode ser caracterizada como carência de cultura. Saberes e fazeres culturais são inventados, mobilizados e vividos em intensidades e densidades plurais no território, configurando potências e atos inventivos em múltiplas presenças. As práticas culturais fazem parte, inclusive, da história de mobilização e organização social desde a chegada das primeiras famílias removidas de outras favelas da cidade. Território, cultura e sociabilidade há muito tempo possuem seus encontros plurais marcados e remarcados na Maré.

ORGANIZAÇÃO E ETAPAS



Rua 7, Vila do João. Conjunto de favelas da Maré, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Francisco Valdean / Imagens do Povo

O Observatório de Favelas, a partir do Território Inventivo, apresenta uma metodologia inovadora para a produção de propostas urbanísticas para as favelas tendo como objetivo contribuir para construção de um projeto de cidade mais justo, rompendo com as fronteiras materiais e imateriais impostas a seus moradores. A metodologia consiste na produção de pesquisas, processos formativos e proposições urbanísticas participativas ancoradas na elaboração teórica conceitual e pesquisas de campo orientadas para produzir visibilização e empoderamento dos sujeitos favelados. Ao longo deste processo, o Observatório de Favelas vem construindo articulações, parcerias e alianças com diversos grupos da sociedade civil (ongs, associações de moradores, instituições civis), indivíduos (intelectuais, pesquisadores, artistas, arquitetos urbanistas atuantes na temática), poder público (secretarias e órgãos de estado) e academia (professores, departamentos e laboratórios) buscando aprimorar as metodologias desenvolvidas e aprofundar o debate acerca do urbanismo e pesquisas urbanas em favelas a partir da experiência na Maré. Nesse sentido, apresentamos também uma metodologia de elaboração de processos de projeto participativo e colaborativo, a partir da mediação de grupos diversos que participam da produção da cidade, desde os agentes do poder público até as lideranças e moradores de favelas.

Os primeiros inventários do Território Inventivo objetivaram criar um conjunto de estudos sobre mobilidade urbana, espaços públicos, equipamentos e ações de arte, lazer e entretenimento, e habitação e saberes construtivos na Favela da Maré. Tratam-se de processos que visam construir um mapa cognitivo de territorialidades inventivas da Maré como experiência ampla de elaboração de inventários de práticas, ações e saberes que reinventam o ser/fazer na cidade.

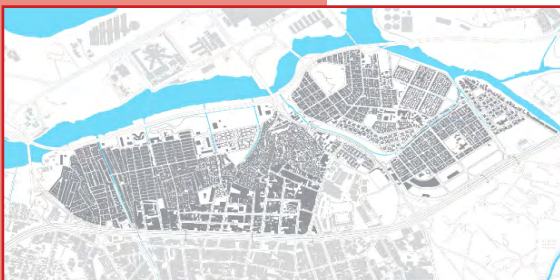
Ao longo deste processo, é necessário ressaltar a centralidade do instrumento cartográfico como item básico para a produção de conhecimento e diagnósticos urbanos sobre as favelas.

Este aspecto se apresenta como a etapa inicial do reconhecimento dos territórios favelados e suas dinâmicas socioespaciais no conjunto da cidade, fato continuamente ignorado por setores do poder público.

Estes elementos que compõem o Território Inventivo, em especial, o eixo de Reconhecimento de Potências, buscam produzir conhecimentos sobre os espaços populares da cidade e, a partir das premissas delineadas, contribuir também reflexão teórica e metodológica acerca do urbanismo e das políticas urbanas.

Por um lado, buscamos ampliar a percepção multidimensional do território e do espaço urbano a partir do reconhecimento de saberes invisibilizados, por outro lado, atuar na formação de sujeitos e na proposição de ações no sentido da superação das lógicas hegemônicas e discriminatórias sobre estes espaços. Ou seja, trazemos a necessidade da compreensão do processo de formação das favelas e sua inserção na cidade contemporânea para a produção de propostas urbanísticas pertinentes e alinhadas à sua realidade, na perspectiva de superação das desigualdades e construção de uma cidade plena.

O PROJETO SE ORGANIZA A PARTIR DE QUATRO EIXOS ESTRUTURANTES:



EIXO I – RECONHECIMENTO DAS POTÊNCIAS

No Eixo I, de Reconhecimento das Potências, propomos a construção de bases cartográficas detalhadas sobre os usos do território que possam suprir a ausência consistente de informações sobre as favelas. Como afirmamos anteriormente, a invisibilidade gerada pelos vazios cartográficos e a falta de informações precisas sobre o território influenciam diretamente a disseminação de representações estigmatizantes e, consequentemente, resultam em intervenções governamentais incompletas, descontínuas e limitadas. As cartografias cognitivas ganham maior densidade com os inventários participativos envolvendo moradores e, sobretudo, os jovens que atuam no território.

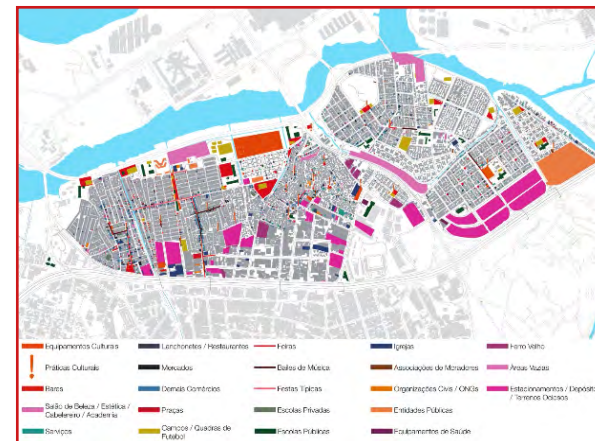
Trata-se, portanto, do reconhecimento de saberes e fazeres do território como fundamento para pensar conceitos, metodologias e proposições de desenvolvimento urbano integrado, tendo com seu recurso disparador as cartografias de saberes e fazeres no campo da economia, da arte, da cultura e da sociabilidade.

I.i. Base Cartográfica

A primeira ação de reconhecimento do território é a elaboração da Base Georreferenciada, visando suprir os vazios cartográficos dos mapas oficiais da cidade. Além do processo de visibilização e reconhecimento oficial da Maré no mapa da cidade, a base permitiu a elaboração de diagnósticos, proposições e intervenções. Ela vem sendo atualizada regularmente desde sua origem.

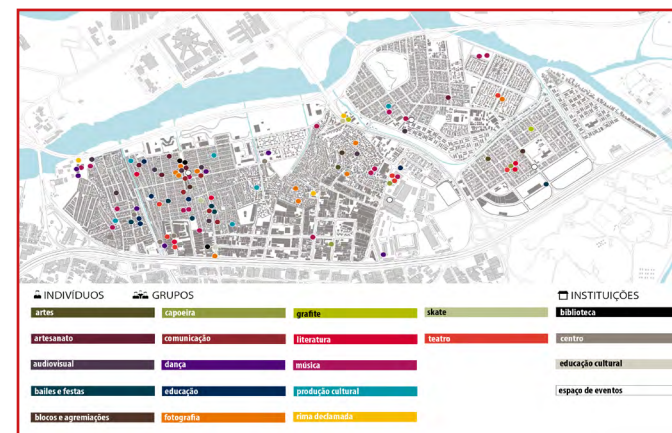
I.ii Mapeamentos Cognitivos e Diagnósticos Urbanos

O conjunto de mapeamentos e inventários sobre a Maré, apoiado pelos dados coletados a partir do Censo de Empreendimentos, possibilitou a elaboração de um Diagnóstico Urbano do conjunto de Favelas da Maré. O Diagnóstico apresenta o território da Maré a partir de sua inserção na cidade, dos dados demográficos e geográficos de cada uma das favelas, dos aspectos de mobilidade e circulação, dos usos das edificações a partir de categorização ampla, e incluindo análises das características da urbanidade e ocupação do espaço público. O Objetivo do Diagnóstico é servir de base para a construção de proposta urbanísticas e elaboração de políticas urbanas.



I.iii Pesquisa “Territorialidades Inventivas da Cultura”

Concluída em Outubro de 2018, a pesquisa Territorialidades Inventivas da Cultura, teve por objetivo construir um mapeamento de práticas culturais e artísticas e suas condições de produção a partir de entrevistas de campo com os grupos e indivíduos. Produzimos mapeamentos das práticas e também seminários com o objetivo final de orientar a construção de políticas urbanas com foco na cultura. A perspectiva do trabalho foi buscar identificar o potencial de criação e as possibilidades de difusão das ações de cultura e das artes, tanto para o seu público local como para a diversidade de públicos da própria cidade, contribuindo com seus resultados para fomento de redes colaborativas de economia criativa.



EIXO II – MOBILIZAÇÃO

O Eixo II, de Mobilização, pressupõe a mediação entre os diferentes grupos e organizações que participam das favelas e de sua integração a outras organizações de direitos presentes na cidade é uma das principais estratégias do Projeto. Neste processo, busca-se articular saberes e fazeres populares dos moradores aos grupos e lideranças locais, criando envolvimento do poder público e das universidades, com o objetivo a realizar ações formativas para proposições plurais de agendas de direitos em favelas.

A partir da produção de conhecimento, o trabalho se concentra na mobilização para formação compartilhada e para a elaboração de propostas de políticas públicas, consolidando o processo de educação urbanística.

II.i Fórum de Desenvolvimento Urbano

A metodologia de mobilização de sujeitos situados no território originou o Fórum de Desenvolvimento da Maré, resultado fundamental do processo de educação urbanística para a elaboração de agendas de direitos em comunidades populares e, sobretudo de proposição de uma cidade mais plural a partir das potências das favelas. O Fórum reuniu representantes de associações de moradores e organizações não governamentais, coletivos culturais de jovens, professores, profissionais de serviços públicos e moradores em reuniões periódicas para formulação de pautas propositivas de desenvolvimento urbano da Maré.



II.ii Plano Geral Território Inventivo Polo 1

Apoiado pelo conjunto de informações, dados e interpretações possíveis com o instrumento do Diagnóstico, realizou-se a proposição e elaboração do Plano Urbanístico Polo Território Inventivo 1. A partir da percepção das formas de organização no espaço dos empreendimentos e práticas socioculturais, optou-se pela elaboração de um plano que contemplasse um recorte específico de projeto – incluindo a Nova Holanda e trechos do Parque União e Parque Maré – contemplando uma das centralidades culturais e econômicas notórias da Maré e, ao mesmo tempo, procurando aumentar a viabilidade técnica do projeto.



II.iii Oficina de Espaço Público e Mobilidade

A Oficina Espaço Público e Mobilidade: constituiu mais uma etapa de um esforço de discussão conjunta sobre a viabilização de um projeto estrutural para a região da Maré, no âmbito do Grupo de Estudos estabelecido pelo Instituto Pereira Passos (IPP), em parceria com a Redes de Desenvolvimento da Maré, o Observatório de Favelas, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/ MCidades), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ e o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil).



EIXO III – FORMAÇÃO

No Eixo III, de Formação, focamos na organização e realização de atividades formativas no campo da educação urbanística, sobretudo para formar inteligências do território com a formação voltada para jovens moradores de favelas. Seminários, cursos e oficinas são momentos de produção de saberes e comunicação compartilhadas de conhecimentos inovadores por parte de pesquisadores e docentes universitários, gestores públicos, ativistas de organizações sociais, coletivos e indivíduos autores de arte e cultura.

Trata-se de uma rede colaborativa para investimento na formação plural sobre o ordenamento e planejamento urbano em territórios populares, tendo como seu referencial conceitual o Paradigma das Potências.

A educação urbanística aqui proposta busca reunir os processos formativos aos processos inventivos de proposição de proposição urbana que respondam que respondam pela construção de vidas dignas nas Favelas.

III.i Curso “O Que É Periferia, Afinal?”

O Curso, realizado em setembro de 2016, foi dividido em três módulos de 40 horas cada. O Módulo 1 do curso “O que é periferia, afinal?” tratou da temática Território e Política. A ideia central foi debater a história da construção das favelas no Rio de Janeiro e no mundo, com vistas a reconstrução crítica do conhecimento social sobre as favelas no século XXI. Participaram como docentes do curso: Jailson Souza e Silva (fundador do Observatório de Favelas) UNIPeriferias: Jorge Luiz Barbosa (fundador do Observatório de Favelas); Mario Pires Simão (UERJ); Alex Magalhães (UFRJ); Jerônimo Leitão (UFF); Rafael Soares (PUC); Eliana Sousa e Silva (Redes da Maré); Raquel Willadino (Observatório de Favelas).



O Módulo II foi realizado em novembro e dezembro de 2016 e abordou a questão da arte e cultura nas periferias urbanas, sobretudo enfatizando como as práticas estéticas estão sendo desenvolvidas em territórios populares. Seu propósito maior foi ampliar e visibilizar o processo de construção das artes na periferia. Neste módulo, priorizamos uma metodologia participativa, contemplando a exposição de trabalhos conjuntos em realização. Participaram como docentes: Eliane Costa (FGV), Emílio Domingos (cineasta); Isabela Souza (Arena Dicro/ Observatório de Favelas); Coletivo Charme Maré e Rapper Succo; Mariana Aleixo (Redes da Maré).

O Módulo III, realizado entre abril e maio de 2017, abordou a questão da comunicação e informação na periferia, sobretudo enfatizando as práticas inovadoras que estão sendo desenvolvidas em territórios populares. Seu propósito maior foi ampliar e visibilizar o processo de construção da comunicação e produção de dados nas periferias. Participaram como docentes neste módulo: Eduardo Alves (Observatório de Favelas), Jorge Luiz Barbosa (UFF), Silvana Bahia (PretaLab), Gilberto Vieira (DATALAB).

III.ii Ciclo de oficinas sobre comunicação, pesquisa social e utilização de dados.

A primeira atividade ocorreu em julho de 2017 com o título “Experiências de comunicação colaborativa da/na Periferia”. A oficina gratuita de Comunicação Colaborativa contou com a apresentação de repertórios para gestão e produção de comunicação executada em quatro encontros e realizada pelos docentes Rodrigo Azevedo e Piê Garcia (Observatório de Favelas). A segunda oficina, “Conceitos e Metodologia de Pesquisa Social em Periferias”, teve como objetivo reunir pesquisadores que estejam realizando estudos sobre espaços públicos e culturas em favelas e periferias para



uma troca de experiências sobre suas práticas neste campo e construir produtos coletivos como resultado das reflexões e atividades realizadas. Esta atividade foi realizada por Jorge Luiz Barbosa (UFF) e Lino Teixeira (Observatório de Favelas), Mário Pires (UERJ) e Edson Diniz (Redes da Maré). A quarta oficina, intitulada “Dados e narrativas: comunicando novas histórias por meio dos dados”, foi realizada em quatro encontros e teve como tema central a produção, comunicação e gestão de dados. Os participantes foram encorajados a trabalhar com ferramentas de comunicação e gestão que possibilitem a utilização de dados digitais, hoje disponíveis em grande escala, para a criação de pautas e produção de narrativas jornalísticas. Ou seja, criar notícias através de dados públicos e abertos. As atividades foram realizadas pelos criadores do Datalabe, Gilberto Vieira e Carla Sacco.

III.iii Curso de Extensão “Construção de Territórios de Convivência: a pedagogia da convivência frente a produção de identidades para o extermínio.”

O curso de extensão realizado em parceria com a Escola de Comunicação e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve duração de 60h contou com a participação de 30 alunos. O curso tratou dos seguintes temas organizados por módulos, a saber: 1 - Território mental e territorialidades de convivência; 2 - modos emancipatórios de pensar, sentir, ver, morar e viver na favela; e 3 - como desenhar políticas públicas para a construção de territórios de convivência.



EIXO IV – VISIBILIZAÇÃO

No Eixo IV buscamos a Visibilização, promovendo a difusão de agendas propositivas que podem influenciar as políticas públicas bem como as ações coletivas nas favelas, ampliando, consequentemente, o debate público sob a perspectiva popular. O eixo IV visa, portanto, incidir sobre as políticas públicas e as ações coletivas nos territórios populares, bem como estimular o debate e a reflexão junto à opinião pública. Para esta etapa foram desenvolvidas atividades como ciclos de debates, seminários, fóruns, além de peças publicitárias e campanhas de comunicação.

O conjunto de processos de ações de visibilidade contribuem decisivamente para a difusão de uma educação urbanística crítica e uma consciência territorial sustentadas pelo reconhecimento das potências das comunidades populares em suas inventividades e de sua importância para políticas de desenvolvimento urbano equitativo na cidade.

IV.i Colóquio Territórios Inventivos

Recepção, apresentação da Maré e colóquio com grupo de cerca de 40 pesquisadores estrangeiros, oriundos de diversas nacionalidades, vinculados a institutos de pesquisas e programas de pós-graduação, todos atuantes na área de Políticas Urbanas, Planejamento urbano e/ou Urbanismo. O encontro foi realizado na sede do Observatório de Favelas em junho de 2016.



IV.ii Seminário “O Que É Periferia, Afinal? I”

O Seminário Regional “O que é periferia, afinal?” foi realizado em fevereiro de 2017 na sede da organização Redes de Desenvolvimento da Maré, na favela da Nova Holanda. O evento reuniu pesquisadores, ativistas e artistas de periferias do Brasil. A metodologia utilizada teve como objetivo priorizar o debate e construção do conceito de periferias, a partir de um debate prévio da Carta da Maré que discorre e conceitua as periferias. O evento se constituiu como um espaço de troca e preparação para as atividades do seminário internacional, a ser realizado por esta instituição, nos dias 15, 16 e 17 de março de 2017.



IV.iii Seminário “O Que É Periferia, Afinal? II”

O Seminário internacional “O que é periferia, afinal?” aconteceu em março de 2017, no Galpão Bela Maré na favela da Nova Holanda, no Rio de Janeiro. Reuniu pesquisadores e ativistas relevantes no debate sobre o tema das periferias no mundo. Este evento serviu de pontapé para a construção de uma rede nacional e internacional de pesquisadores e ativistas sobre periferias, com vistas à conformação da UniPeriferias, Centro de Altos Estudos sobre periferias urbanas contemporâneas, atualmente em seu terceiro ano de funcionamento.

IV.iii Ciclo de Seminários “Novos Paradigmas do Urbanismo na perspectiva das potências das favelas I, II e III”

O ciclo de seminário reuniu parte da rede de parceiros históricos do projeto bem como seus fundadores e integrantes, com o objetivo de iniciar um processo de sistematização das experiências acumuladas ao longo dos anos a partir do presente patrocínio do CAU/Rj. O encontro deu início a um processo de elaboração de vídeos e do presente ebook. Os eventos foram realizados na sede do Observatório de Favelas, conjunto de favelas da Maré, e no Instituto Bola pra Frente, na favela Complexo do Muquição.



IV.I SEMINÁRIO "O QUE É PERIFERIA, AFINAL? I"



7. MAPEAMENTOS E CARTOGRAFIAS DE USO

MAPEAMENTOS

A Fundação do TI

(da invisibilidade cartográfica para a visibilização de potências territoriais)

Apesar da relevância das favelas no Rio de Janeiro, quando analisamos sua inserção nas dinâmicas urbanas a partir da produção cartográfica, por exemplo, observamos o total silenciamento em relação à sua própria existência: as favelas não constam nos mapas oficiais da cidade até os anos 1960, quando apenas começam a ser indicadas e esboçadas. As favelas do Rio de Janeiro em geral e, especificamente, o conjunto de favelas da Maré têm em seu passado recente esta marca da invisibilidade: até o início dos anos 2000 as cartografias oficiais da cidade não incluíam esses espaços detalhadamente. Ainda hoje, muitos territórios populares permanecem assim, a despeito de sua relevância cultural e econômica para a cidade. Este vazio cartográfico é resultado, já assinalado, da forma como as favelas vêm sendo percebidas e, por conseguinte, vem influenciando a opinião coletiva e as intervenções públicas sobre esses espaços. Esta ausência nos mapas traz claros impactos para os sujeitos oriundos desses territórios, que vão desde a restrição ao acesso a serviços públicos e precarização da mobilidade até o apagamento simbólico de pessoas e territórios inteiros.



Moradias do morro do Alemão. Conjunto de Favelas do Alemão, Rio de Janeiro, Brasil.

Copyright Francisco Cesar / Imagens do Povo



Casas do Morro da Baiana. Conjunto de favelas do Alemão, Rio de Janeiro, Brasil.

Copyright Francisco Cesar / Imagens do Povo

Por um lado, a limitação de alcance do instrumento cartográfico influencia objetivamente nas formas de experiência do urbano e demarcam de forma clara as desigualdades presentes no espaço da cidade carioca. Diversos serviços públicos estão associados diretamente ao processo de formalização da malha viária, por exemplo, junto ao poder público para o efetivo planejamento e execução das tarefas.

Longe de serem meras representações objetivas do espaço ou medições uma exterioridade precisa, os mapas são discursos ou atos de fala que na verdade são capazes de gerar e gerir especialidades com suas trajetórias.

Neste sentido, são estes movimentos que permitem ver ou lançar luz sobre determinado conjunto de aspectos eleitos que, naturalmente, não correspondem à totalidade de elementos que compõem determinado recorte espacial. Ou seja, é a partir do próprio processo de escolha e hierarquização de elementos a serem mostrados que se constituem os discursos ou atos de falas que confluem, em última análise, para as representações socioespaciais. Assim, o apagamento ou invisibilidade perpetrado por estes vazios cartográficos representa discursos sobre os territórios que simultaneamente produzem e reproduzem esses imaginários urbanos sobre as favelas nas grandes metrópoles e em especial no Rio de Janeiro.

Este movimento de silêncio do discurso da cartografia em relação a estes espaços da cidade são os reflexos da própria lógica de formação desigual do território e das desigualdades sociais que marcam a sociedade.

Esta ausência nos registros cartográficos, portanto, é um dos fatores que contribuem para a construção e difusão de representações socioespaciais estigmatizantes sobre os territórios populares, seus sujeitos e suas práticas, profundamente enraizadas nos imaginários urbanos contemporâneos. Este conjunto de representações sobre as favelas, notadamente associadas às lógicas da carência e ausência, vem se desenvolvendo historicamente e sendo reproduzido tanto em perspectivas ditas conservadoras, identificadas com o campo da direita, quanto em ditas progressistas, associadas ao campo da esquerda. Estas formas de olhar os espaços favelados estão ainda presentes em diversos setores da sociedade e vem sendo difundidos a partir de vários meios – mídias e comunicação, academias, instituições, órgãos governamentais – em vem marcando as políticas públicas em geral, e as políticas urbanas especificamente.

Estes são alguns exemplos da lógica de carência que orienta as representações e as ações públicas e privadas para as favelas. Neste sentido, a favela ainda é percebida por amplos setores da sociedade como sendo absolutamente deficitária do ponto de vista da urbanidade – aqui compreendida como amplo leque que vai das condições objetivas/materiais até as condições subjetivas/simbólicas.

Esta avaliação só pode ser levada a cabo uma vez que se baseia na comparação de percepções estereotipadas da favela com padrões urbanos que dizem respeito a uma parcela reduzida da sociedade ou, muito frequentemente, em comparação com ideais urbanos de cidades europeias. Em resumo, partem do diagnóstico equivocado que este lugar em última análise está apartado da própria cidade, uma estigmatização que, ao fim, coloca os moradores das favelas como objeto, como “alvo”, e não como sujeitos protagonistas das transformações.

As formas de ver definem as formas de intervir e, nesta perspectiva, mudar o olhar significa romper com dinâmicas cristalizadas e incorporar novos paradigmas. Transformar as representações hegemônicas estigmatizantes é peça chave na construção de uma cidade mais justa e plural.

Base Cartográfica

Assim como grande parte das favelas cariocas, a Maré não estava corretamente representada nos mapas oficiais da cidade e tampouco possui uma base cartográfica detalhada quando iniciamos as primeiras pesquisas no território. Nosso primeiro trabalho foi a criação da base cartográfica da Maré. Compatibilizamos cartografias pioneiras da Maré com novas imagens aéreas e com o mapeamento georreferenciado feito coletivamente com moradores e articuladores locais, que estavam reconhecendo espaços e lugares em seu próprio território.

Entre os trabalhos pioneiros de mapeamento da Maré encontramos as iniciativas da Redes da Maré que, seja em seu próprio trabalho ao longo de sua história na Maré, seja em parcerias com o Observatório de Favelas ou outras instituições, vem produzindo dados e, junto às lideranças locais, protagonizando disputas fundamentais na construção de agendas de direitos urbanos. Um dos esforços centrais neste sentido é o Guia de Ruas da Maré, realizado inicialmente em 2012 e atualizado em 2014, tendo Observatório de Favelas como coautor. O lançamento do Guia de Ruas da Maré representou, de fato, um marco na história da Maré pois produziu, pela primeira vez, o mapeamento cartográfico de uma área que costumava ser representada, como mostramos, apenas como uma mancha no mapa. O mapeamento das ruas da Maré é fundamental para o reconhecimento oficial das ruas pela Prefeitura do Rio. Com ele em mãos, foi possível que os moradores pudessem reivindicar que as ruas que ainda não possuíam o CEP àquela altura pudessem receber essa referência básica cartográfica. Nas palavras de Eliana Silva, diretora da Redes da Maré. “Este é um processo fundamental para guiar a elaboração de um projeto de desenvolvimento que melhore a qualidade de vida dos moradores (...) O ineditismo e originalidade deste trabalho estão no fato de ser uma ação que reconhece os moradores de favelas como sujeitos de direitos, parte fundamental para o desenvolvimento de qualquer ação pública”, finalizou Eliana durante o lançamento do Guia. Além desses esforços, é necessário destacar as ações de mapeamento da Maré realizadas pelo arquiteto Pedro Évora a partir desenvolvimento dos mapas existentes e dando início às primeiras versões de bases aerofotogramétricas da Maré.

Então desenvolvendo sua dissertação de Mestrado, as iniciativas de Évora representam esforços importantes no sentido da construção dos mapas mais detalhados do conjunto de Favelas da Maré. Para construir esta base, além de partir das iniciativas anteriores mencionadas, combinamos a sistematização de imagens aéreas, o reconhecimento dos espaços e trabalho junto a equipe de pesquisadores e articuladores locais para, enfim, desenhar casa por casa, rua por rua uma ferramenta precisa de análise e planejamento territorial da Maré. A realização de tal trabalho de mapeamento, foi dentro dos padrões técnicos de análise e planejamento urbano, sendo realizada tanto nos modelos de desenho técnico para o projeto urbanístico quanto nos modelos de georreferenciamento, servindo ao mesmo tempo para uso em plataformas de modelagem e desenho e ao mesmo tempo compatíveis com plataformas de mapeamento em diversas escalas.

Após longo processo de execução técnica dos desenhos seguida pelas contínuas verificações no território foi possível elaborar a primeira versão digital da base cartográfica detalhada e precisa do conjunto de favelas da Maré e seu entorno imediato. Ao fim, construímos uma ferramenta precisa de análise e planejamento territorial da Maré. Essa ferramenta de mapeamento foi assimilada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (mapeamento de logradouros) e incluiu no mapa oficial da cidade outras favelas que ainda eram manchas vazias para o poder público.

Por este motivo, ressaltamos a centralidade do instrumento cartográfico como elemento básico para iniciarmos a produção de conhecimento sobre as favelas. Este aspecto se apresenta como o item básico de reconhecimento dos territórios favelados e suas dinâmicas socioespaciais no conjunto da cidade, fato continuamente ignorado por setores do poder público.

Além disso, partindo das premissas básicas que orientam o Território Inventivo em nossa proposição teórica e metodológica acerca do urbanismo e das políticas urbanas, a produção cartográfica e, através do processo de incidência política, sua inserção nos órgãos públicos responsáveis representa uma parte fundamental do processo de superação das desigualdades urbanas que enfrentamos. Ou seja, aqui se ilustra o processo sequencial de construção de conceitos e metodologias que culminem na incidência política na perspectiva de superação das desigualdades socioespaciais para alcançarmos uma cidade mais plena. O instrumento cartográfico, portanto, traz em si as possibilidades materiais/objetivas ligadas intrinsecamente às possibilidades simbólicas/subjetivas que, articuladas, contribuem para definir as formas de interpretação, ocupação e gestão do espaço urbano.



DESAFIOS METODOLÓGICOS E MAPEAMENTOS COGNITIVOS DA MARÉ

Concluída a etapa de construção e consolidação da base cartográfica, com todos os seus desafios, iniciamos a etapa de mapeamentos cognitivos do território. Apoiados por esta base cartográfica e pelos dados coletados pelo censo de empreendimentos, realizou-se uma pesquisa de campo para realizar o georreferenciamento e categorização das formas de ocupação do solo. O objetivo desta etapa foi a construção de dados quantitativos e especializados nas peças cartográficas, totalizando 3.000 pontos de interesse levantados e geolocalizações: inventariamos práticas urbana identificamos diversas formas de uso do solo e de ocupação do espaço público, analisamos os limites, as fronteiras e os acessos, compreendemos dinâmicas de circulação interna e de mobilidade externa, acompanhamos a evolução da morfologia urbana e de seus sentidos de uso. Desenvolvemos metodologias colaborativas para o reconhecimento das práticas socioespaciais nas diversas territorialidades que compõem a Maré.

A tarefa de levantar e inventariar as formas de uso do solo e dinâmicas urbanas de um espaço com as características morfológicas, demográficas e sociais do Conjunto de Favelas da Maré representa uma tarefa significativa diante da escala e complexidade do recorte temático.

Alcançar de forma precisa 16 favelas que abarcam mais de 130.000 habitantes, levantando-se em conta as especificidades e dificuldades que caracterizam a Maré, mas também a potência e vitalidades que marcam.

Para alcançar os resultados previstos, a etapa de mapeamento cognitivo inicial se baseou em trabalhos anteriores de pesquisa sobre a Maré, realizados em parceria com a Redes da Maré, e também como contou uma ação de reconhecimento cartográfico inicial a partir da atuação de uma equipe de articuladores locais e cartógrafos, alternando a análise sobre os mapas e os percursos pelo território.

Entre os trabalhos que serviram base de dados para este mapeamento cognitivo destacam-se sobretudo a pesquisa Solos Culturais e o Censo de Empreendimentos da Maré, ambos realizados a partir da parceria entre a Redes da Maré e o Observatório de Favelas. O projeto Solos Culturais foi uma pesquisa realizada com 2.000 jovens sobre os hábitos culturais em cinco favelas cariocas. A pesquisa procurou verificar como os jovens residentes destas cinco favelas estão inseridos nas práticas culturais que acontecem no seu território e na cidade, além de investigar os diversos modos de acesso a bens simbólicos.

Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré, realizado com o apoio das 16 Associações de Moradores da região, tinha por objetivo maior produzir conhecimento sobre o cotidiano econômico da Maré, enfrentando, deste modo, o conjunto de representações e ações distorcidas sobre quem são e como vivem os moradores dos territórios aqui abrangidos e visibilizando uma economia pulsante cuja dinâmica é despercebida.

Os estudos anteriormente realizados permitiram a criação de um Banco de Informações de Atividades Artísticas e Culturais da Maré, dispositivo que reuniu dados pormenorizados das instituições (projetos vinculados a cultura e a arte) e possibilitou a construção de uma primeira compreensão das práticas e usos do espaço e suas disposições territoriais. Foi a partir daí que realizamos o reconhecimento dos mais relevantes usos e práticas espaciais e, apoiados pelas pesquisas anteriores, conseguimos indentificar as centralidades econômicas, culturais e políticas do Conjunto de Favelas da Maré. Ou seja, foi produzida uma lista inicial com algumas práticas culturais conhecidas no território, com a contribuição de cada colaborador, em cada quadrante do território que serviu, portanto, como ponto de partida para os demais inventários que foram realizados pelos pesquisadores do Projeto.

Uma vez concluído este reconhecimento prévio do território foi possível dar início à realização dos inventários realizados em campo efetivamente. O trabalho foi dividido em três grupos de ações de campo, realizadas em cerca de dois meses cada, em que trabalharam seis pesquisadores. Dada a complexidade da organização territorial da Maré, é fundamental a presença de pesquisadores oriundos de distintas regiões do conjunto de favelas para que a realização da pesquisa alcance os resultados com a precisão necessária.



Paineis nas casas comunidade de Vila Cruzeiro, conjunto de Favelas do Alemão. Rio de Janeiro, Brasil.

Copyright Proibido o uso desta imagem sem o consentimento do autor. Contactar contato@imagensdopovo.org.br

A pesquisa de campo consistiu no preenchimento de formulários e pequenas entrevistas estruturadas para identificação das formas de usos do espaciais, definidas em classificações de grandes grupos de registro: econômicas; mobilidade; comércio; serviços; cultura; equipamentos públicos; esporte e lazer. Cabe salientar, entretanto, que a ordenação das atividades em grandes grupos não limitou as identificações específicas em cada uso fixo ou especializado presente nas comunidades em estudo, buscou-se também incluir ações no campo das práticas territoriais que não necessariamente tem um espaço ou temporalidade de atuação definida ou fixa, podendo apresentar características móveis. A intenção é construir um quadro mais amplo de informações para a análise de situação dos usos do espaço associados ao mapeamento de registro de atividades e práticas territoriais.

Para execução do inventário evidentemente contamos com o conhecimento prévio dos pesquisadores sobre as ações no território em estudo. Contudo, se fez necessário recorrer ao uso de metodologias de inventários territoriais, tendo como base mapa digital de 1: 20.000 da favela da Maré. O procedimento acima descrito permitirá construir quadrantes de inventários sob a responsabilidade de pesquisadores devidamente preparados, no sentido da localização das práticas em investigação e para a aplicação das entrevistas. Tratado como unidade de investigação, o quadrante garantiu a localização geográfica precisa de ações e instituições para uma plotagem em mapas de apoio para produção de um Mapa Digital das Práticas Culturais Territorializadas e, ao mesmo tempo, um melhor controle e acompanhamento de cobertura do inventário, inclusive evitando sobreposições ou justaposições de entrevistas.

As práticas em estudo em suas territorialidades de acontecimentos são dinâmicas, portanto, não previsíveis em sua temporalidade e espacialidades de realização. Daí, assumimos a técnica operacional denominada “bola de neve”, na qual cada entrevistado já cadastrado no referido banco de informações indicaria, após conceder a entrevista, outro indivíduo ou grupo a ser entrevistado. O procedimento metodológico adotado, além de proporcionar uma atualização do nosso banco de informações, ampliou a possibilidade de entrevistas em profundidade com outros autores de arte e cultura para além dos anteriormente previstos.

A sistematização para os tipos de ocupação e uso do solo foi estabelecida, de forma mais detalhada, a partir das seguintes categorias e subcategorias: Mobilidade (Vias arteriais; acessos e barreiras; mobilidade e transporte coletivo); Econômicas (caixas e agências bancárias); Espaços de convivência (praças; áreas de lazer; quadras de esporte;) festas (festas típicas; feiras; bailes); vazios; estacionamentos; ferro-velho; escolas; equipamentos de saúde; instituições públicas; organizações da sociedade civil; associações de moradores; equipamentos culturais; práticas culturais; alimentação; lanchonetes; bares; igrejas; salão de beleza; academia. Além dos mapeamentos de uso do solo foram elaboradas análises da forma de ocupação do espaço a partir de um estudo de caso referente a uma quadra de edifícios residenciais, procurando compreender as características de utilização dos espaços.

O conjunto de mapeamentos e inventários sobre a Maré, apoiado pelos dados coletados em iniciativas anteriores sobre Maré, combinados com a colaboração ampla de diversos pesquisadores e ativistas profundamente ligados ao território, foi possível a sistematização dos dados e a elaboração de um Diagnóstico Urbano do conjunto de Favelas da Maré. O Diagnóstico apresenta o Conjunto de Favelas da Maré a partir de sua inserção na cidade, dos dados demográficos e geográficos de cada uma das favelas, dos aspectos de mobilidade e circulação, dos usos das edificações a partir de categorização ampla, e incluindo análises das características da urbanidade e ocupação do espaço público. O Objetivo do Diagnóstico é servir de base para a construção de propostas urbanísticas e elaboração de políticas urbanas.

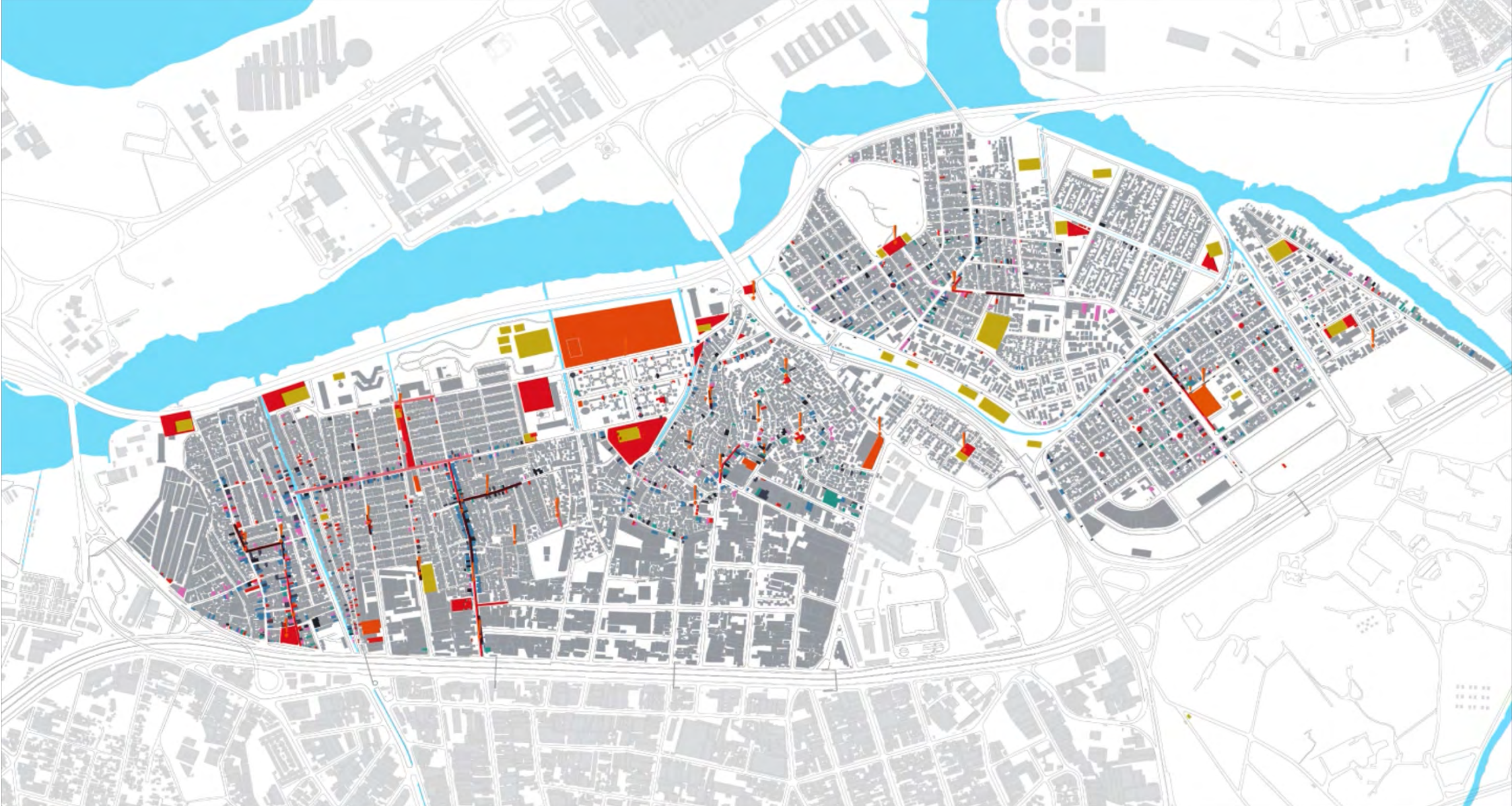
O conjunto de inventários realizados possibilita analisar comparativamente tanto as ausências, muitas delas já antecipadas (a exemplo de equipamentos públicos, notadamente os de saúde) e também as categorias que estão presentes em maior quantidade. Do ponto de vista da dimensão comercial da Maré, a presença massiva dos estabelecimentos econômicos e de prestação de serviços privados, dos mais variados tipos, ilustram a vitalidade da economia deste território. Em alinhamento com os resultados alcançados pelo Censo de Empreendimentos, foi possível perceber forte dinâmica econômica especializada pelo instrumento cartográfico ressaltando as principais linhas de força e dinâmicas territoriais que a vida econômica produz.

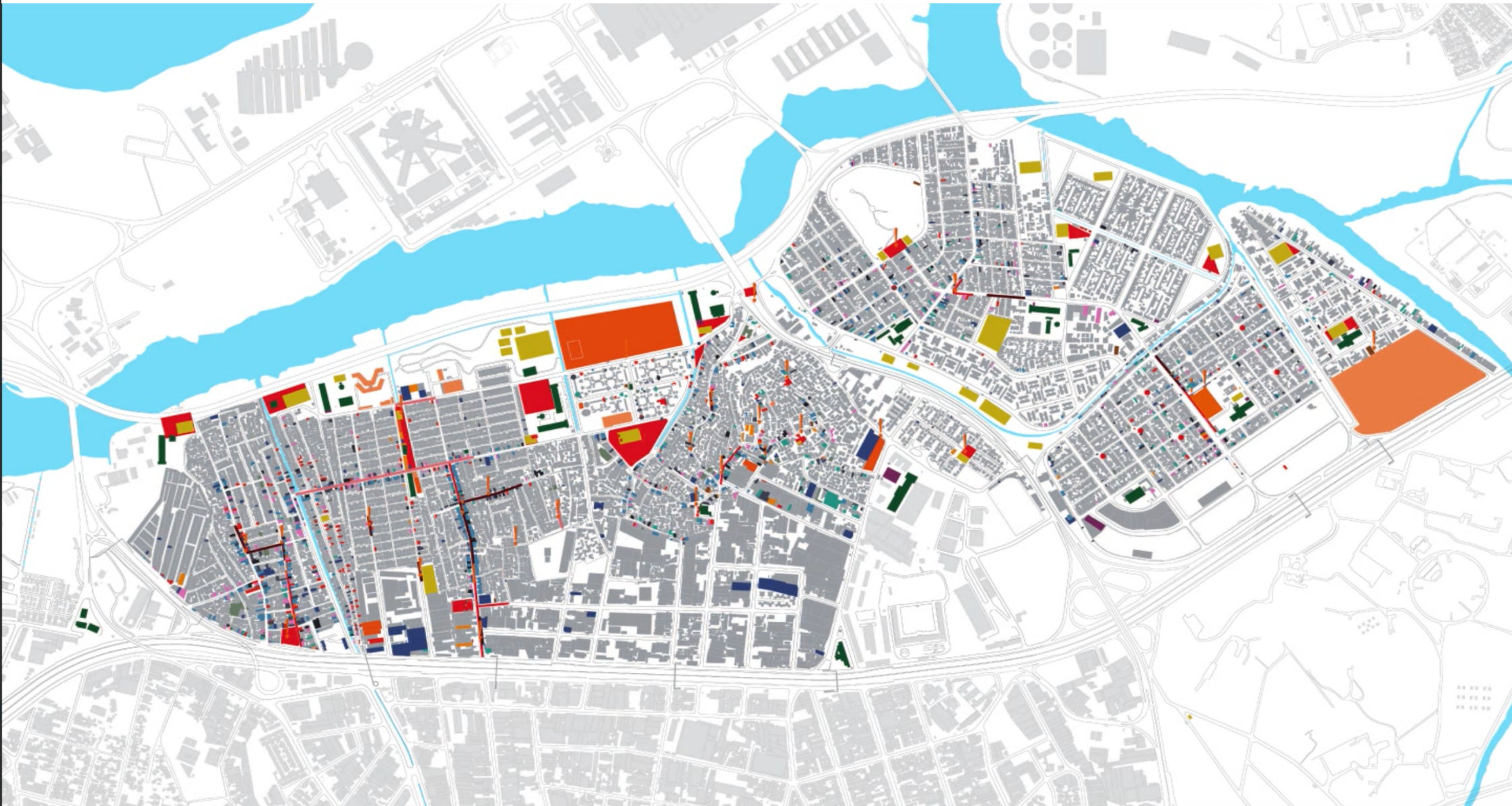
Naquela oportunidade, verificamos por exemplo que havia uma distribuição geográfica diferenciada das atividades artísticas e culturais abrigadas em instituições, com o predomínio dessas em algumas favelas, como Nova Holanda, Parque União, Vila do João e Morro do Timbau.

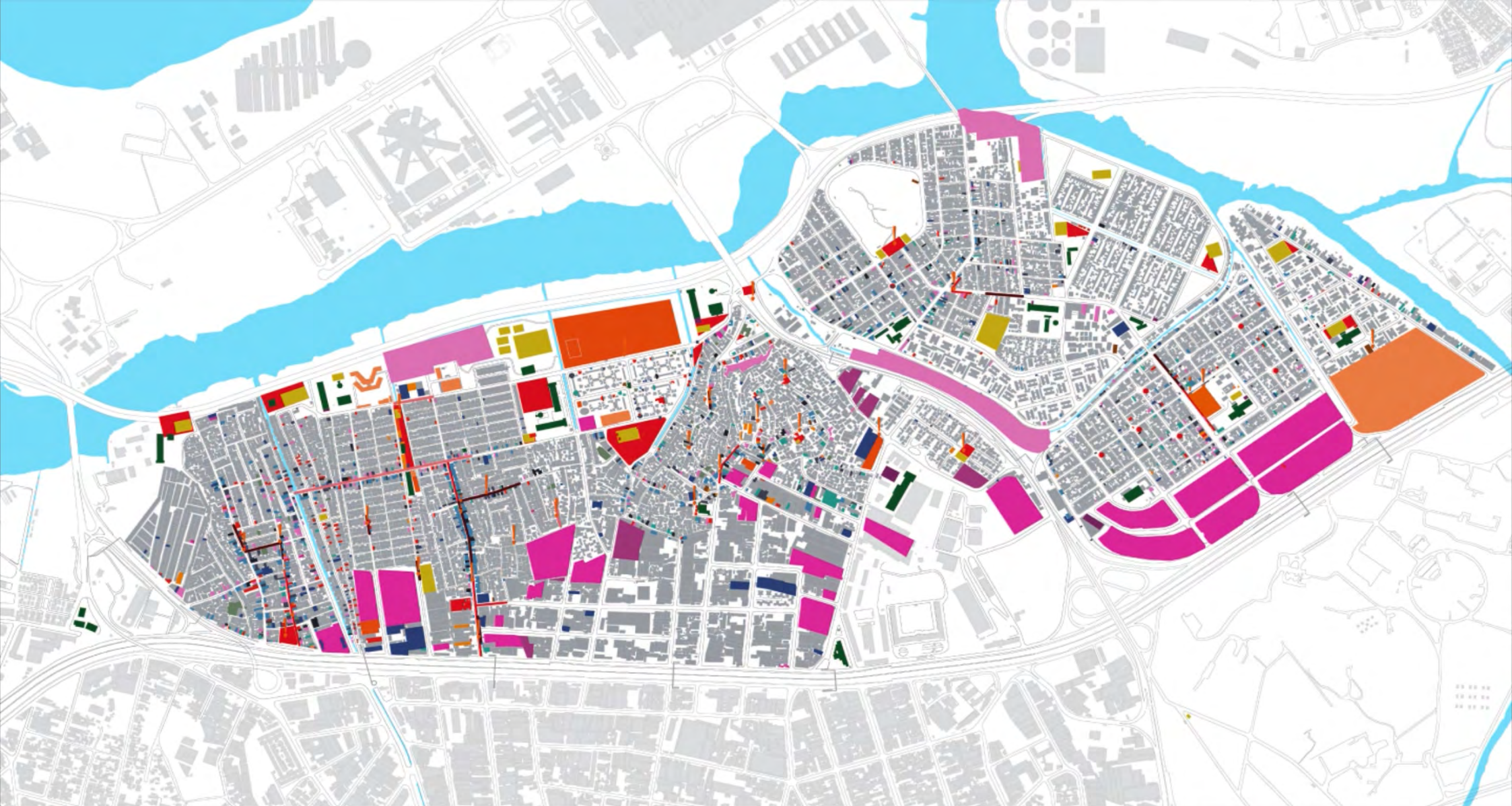
As informações colhidas revelaram a importância da presença das organizações da sociedade civil para o processo de produção e fruição de arte e cultura, assim como de sua distribuição territorial no conjunto de comunidades, configurando-se como abrigos significativos para transformar as potências criativas em atos tangíveis, tanto para os autores em suas diferentes linguagens como para o público de sua fruição. O inventário ressaltou, portanto, um lugar repleto de potências e inventividades, bem distinto dos estereótipos sobre os territórios populares.

Se analisarmos o percurso total desta trajetória, perceberemos um caminho que vai da ausência total, representada pelo vazio cartográfico dos territórios populares, até o reconhecimento de um território pulsante de dinâmicas urbanas e formas de uso do solo e apropriação espacial.

A favela emerge, em toda a sua vitalidade, como fonte e refúgio das múltiplas práticas socioespaciais, redes de solidariedade e laços de convivência







PLANO TERRITORIAL INVENTIVO POLO 1

O Plano Urbanístico Território da Maré Polo 1 consiste em propostas de intervenções urbanas no trecho que abranja as favelas de Nova Holanda, Parque Maré, Parque Rubens Vaz e Praça do Parque União, tendo como eixo central a potencialização das vocações territoriais ligadas às práticas culturais, verificadas ao longo das pesquisas e diagnósticos prévios. Partindo desta premissa, o projeto se organiza a partir da proposição de novos equipamentos culturais, por um lado, e um conjunto de melhorias urbanísticas, por outro, visando dinamizar as potencialidades socioculturais e alcançar avanços significativos em relação à infraestrutura e design urbano.

O Polo 1 do Território Inventivo da Maré está compreendido entre as favelas do Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e vai até a Praça do Parque União, utilizando como eixos centrais de atuação as ruas Principal, Teixeira Ribeiro, Bitencourt Sampaio e a Sargento Silva Nunes. A referida área abrange algumas das mais antigas localidades e configura uma centralidade importante para conjunto de Favelas da Maré. Ao longo das etapas de pesquisas e diagnósticos urbanos, realizadas ao desde 2014, verificou-se a grande concentração tanto de uma ampla gama de comércios e serviços além da presença de equipamentos culturais, tanto para prática e fruição quanto para formação. A rua Teixeira Ribeiro e a rua Principal representam uma das principais centralidades econômicas da Maré,

dotadas de uma pulsação comercial que irradia não só para o conjunto de favelas vizinhas, mas para os bairros do entorno. Notadamente, o Centro de Artes Bela Maré e o Centro de artes da Maré, exercem um papel importante no desenvolvimento e mobilização das práticas culturais e seus sujeitos.

A partir da compreensão das vocações principais do trecho em questão, ligadas inevitavelmente à vida cultural e a uma centralidade econômica para a Maré e adjacências, propõe-se um conjunto de intervenções urbanísticas visando dinamizar as práticas socioculturais e organizar os espaços públicos com a aplicação de melhorias espaciais, mobiliário urbano e novos equipamentos complementares aos já existentes.

Dentre os equipamentos propostos encontra-se um novo centro comercial, um estacionamento vertical com bicicletário, um Centro de Música de referência e um Instituto de pesquisa e formação de ponta, intitulado Instituto Maria e João Aleixo. Os equipamentos propostos, portanto, estão alinhados com a premissa de catalisar as vocações culturais e comerciais do território tendo como objetivo ampliar o alcance da irradiação da centralidade que este trecho representa para as favelas que compõem a Maré e os bairros do entorno.

PROJETO DE URBANIZAÇÃO

RUAS BITENCOURT SAMPAIO, SGT SILVA NUNES, TEIXEIRA RIBEIRO E PRINCIPAL

- RETIRADA DE VAGAS DA RUA, RELOCAÇÃO PARA O ESTACIONAMENTO PROPOSTO
- RETIRADA DE FEIRAS DE RUA, RELOCAÇÃO PARA O CENTRO COMERCIAL PROPOSTO
- URBANIZAÇÃO E REGULAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

 Lixeira

 Vegetação

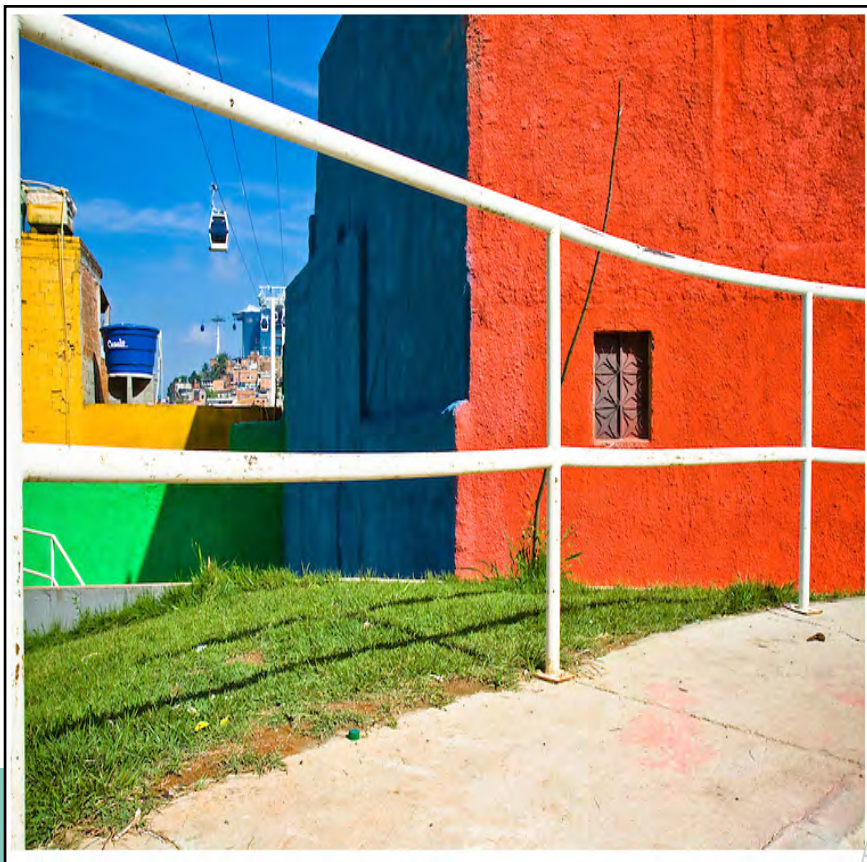
 Bicicletário de Rua

 Obras de Acessibilidade

 Mobiliário Urbano

 Retirada vagas de rua

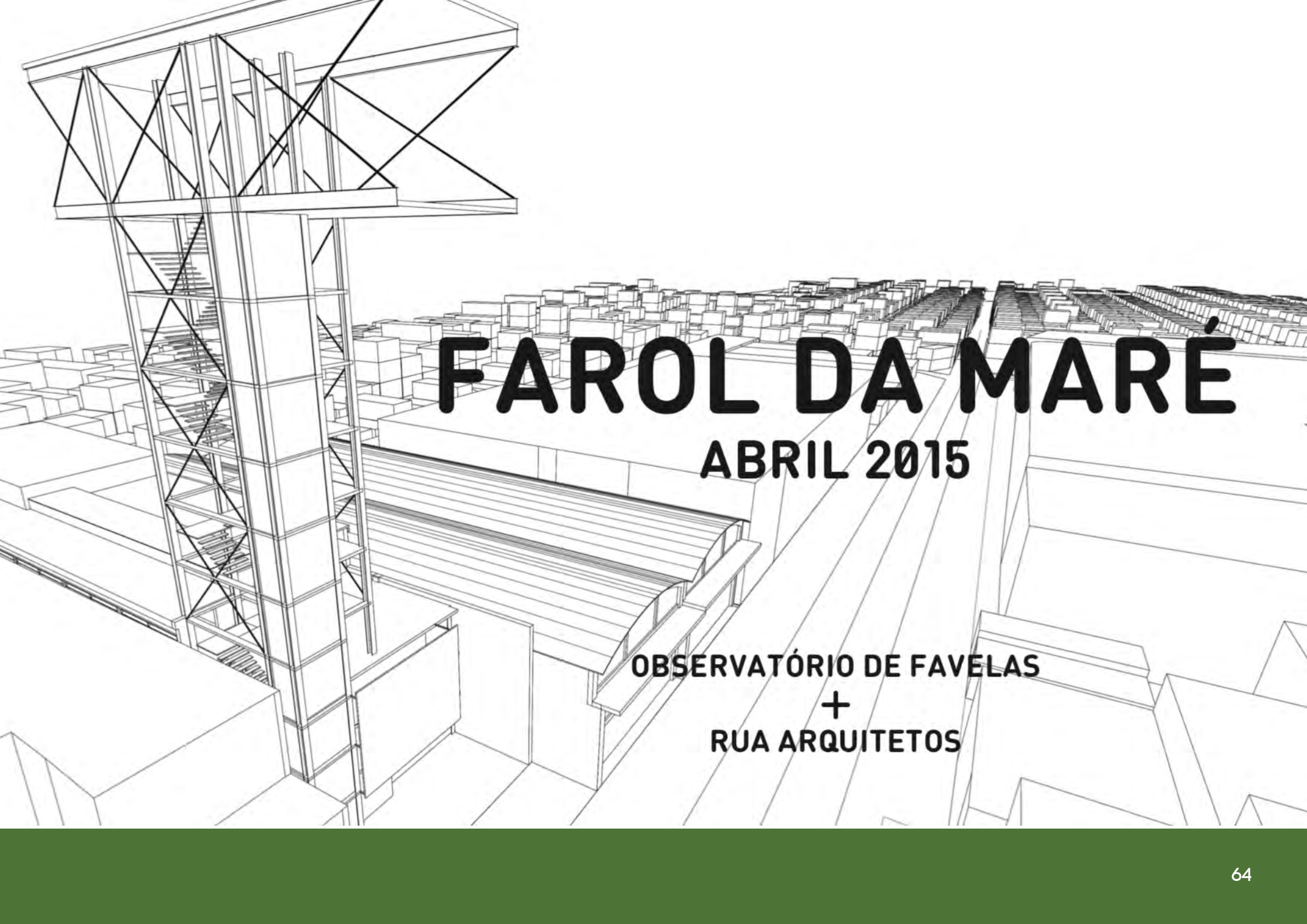




Casas do Morro da Baiana.
Conjunto de favelas do Alemão, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Francisco Cesar / Imagens do Povo

As mudanças urbanísticas presentes no plano do Polo 1 dizem respeito a conjunto de melhorias urbanas por meio de intervenções pontuais nos espaços de maior necessidade. As intervenções estão organizadas a partir das categorias de acessibilidade, mobilidade, meio ambiente, paisagismo e organização do lixo, trazendo mudanças espaciais e mobiliários urbanos.

O Farol Da Maré, fruto de uma pareceria entre o Observatório de Favelas e o grupo Rua Arquitetos, diz respeito a uma reforma de melhorias espaciais que buscam realizar uma adequação do Galpão Bela Maré e a construção de uma torre, usada como mirante e espaço de convivência. Desenvolvido dentro do escopo do Plano Urbanístico do Polo 1, o projeto buscava a adequação e ampliação dos espaços do galpão para inclusão de ateliês e laboratórios para a criação e residências artísticas, além de melhorias nos espaços expositivos. A torre por sua vez, coração do projeto, tem uma dupla funcionalidade de, por um lado, servir de mirante e, portanto, observatório, e, por outro lado, servir como um referencial paisagístico para a cidade, possível de ser visto das principais vias que circundam a Maré.

An architectural line drawing in black ink on a white background. On the left, a tall, multi-story building is shown in section, revealing an internal staircase and a complex structural frame with diagonal bracing. To the right of this building, a dense, sprawling favela is depicted using simple rectangular blocks to represent houses, receding into the distance. The overall perspective is from an elevated position looking down and across the scene.

FAROL DA MARÉ

ABRIL 2015

**OBSERVATÓRIO DE FAVELAS
+
RUA ARQUITETOS**

8. OFICINAS TEMÁTICAS COM MÚLTIPLOS ATORES DIVERSOS: ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE

1. Apresentação

Ao longo do Território Inventivo, o Observatório de Favelas estabeleceu estratégias de mediação e concertação dos diversos agentes envolvidos na produção do espaço urbano nas favelas, exemplificado pela oficina de mobilidade e espaço público, ocorrida em 2016. A “Oficina Espaço Público e Mobilidade: os desafios da Maré” constituiu mais uma etapa de um esforço de discussão conjunta sobre a viabilização de um projeto estrutural para a região da Maré, procurando reunir os diversos atores e organizações que participam do processo de produção do espaço urbano, desde as entidades e lideranças locais até técnicos e membros do poder público e universidades.

O esforço coletivo que culminou no amadurecimento de diagnósticos e propostas urbanas para o conjunto de favelas da Maré, representa um movimento inédito em sua dimensão e metodologia, reunindo os diversos atores que participam dos processos de produção da cidade para dentro do espaço da Maré

e estabelecendo novas formas de diálogos participativos e horizontais no sentido de construção de proposições urbanísticas enraizadas nas demandas e realidades do território e, ao mesmo tempo, pautada pelas melhores práticas de planejamento urbano.

Esta iniciativa, que vem no seio do longo e histórico processo de mobilização da sociedade civil da Maré, é fruto da colaboração entre Observatório de Favelas e a Redes de Desenvolvimento da Maré, contou com o esforço conjunto entre Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCidades), secretarias municipais (SEOP, SMC, SMU), o Instituto Pereira Passos (IPP), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ, o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil), Sebrae, além da participação das Associações de Moradores das favelas Nova Holanda, Parque Maré, Parque União e Parque Rubens Vaz e das ONGs Luta Pela Paz e Instituto Vida Real.

2. Introdução

A Oficina de Espaço Público e Mobilidade realizada em 2016 na favela da Maré teve como objetivo central desenvolver, a partir de um processo de imersão de dois dias seguidos na Maré, propostas urbanísticas em uma escala ampliada tendo como foco central de ação na Mobilidade e o Espaço Público, tendo como referência as pesquisas e propostas previamente realizadas no âmbito do Território Inventivo.

Nesse processo, portanto, reunimos dentro do conjunto de favelas da Maré representantes do poder público, da academia e de organizações da sociedade civil, dialogando e trabalhando juntas com o objetivo de consolidar os diagnósticos desenvolvidos e elaborar propostas urbanísticas para a favela de Nova Holanda e adjacências.

O reconhecimento das potências dos territórios populares e seus sujeitos, base conceitual e operacional do Território Inventivo, orienta, portanto, o trabalho desenvolvido ao longo das atividades desta oficina. Além disso, partindo de nossas próprias premissas de trabalho, procuramos incorporar à prática dos Grupos de Trabalho, tanto nas ações de campo quanto na “prancheta”, assim, consolidamos novas formas de se perceber e agir no espaço urbano, no esforço de consolidar o Paradigma da Potência como eixo central de um novo projeto de cidade.

O foco da oficina, portanto, foi o chamado Território Inventivo Polo 1, constituído por 4 favelas (Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré), além de área formal junto à Av. Brasil. Além disso, tanto a base cartográfica e os mapeamentos de uso, quanto os diagnósticos realizados para o recorte do plano urbanístico do Território Inventivo Polo 1, servem de guia para o desenvolvimento geral da oficina. O recorte utilizado representa, portanto, uma das principais centralidades da Maré caracterizada por uma dinâmica cultural, econômica e social pulsante, apesar dos estigmas enraizados na sociedade.

A metodologia adotada para o desenvolvimento desta oficina tinha como elemento central a construção de um grupo de trabalho heterogêneo e multidisciplinar, combinando a participação de técnicos, pesquisadores, ativistas e lideranças oriundas de outros locais da cidade, mas, sobretudo, da Maré. Considerando o perfil do grupo, se fez preponderante o processo de mediação entre as diversas partes envolvidas na construção de um projeto de cidade, abrangendo de técnicos à usuários, buscando estabelecer um processo de tomada de decisão coletiva e democrática. Este processo de articulação foi desenvolvido com o objetivo exclusivo de fazer emergir as potências socioespaciais das favelas e seus moradores.

Um dos elementos norteadores no desenvolvimento do método e das ferramentas usadas durante a oficina foi o acordo de que a estrutura da oficina seria construída a partir de quatro dimensões: mobilidade, convivência, economia e legislação. Em relação à mobilidade, foi estabelecido que seriam usados os princípios de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – DOTS, que são: caminhar, pedalar, conectar, usar o transporte público, misturar, adensar, compactar e mudar (ITDP, 2014).

A restrição inicial de tempo de dois dias, a participação dos representantes das Associações de Moradores e as características de cada favela nos levaram a trabalhar com quatro grupos, cada um referente a uma das favelas do Território Inventivo 1: Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré. Cada grupo teve um facilitador que os ajudou a construir o produto final.



Relógio de luz, de uma das casas do morro da Baiana.
Conjunto de Favelas do Alemão, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Francisco Cesar / Imagens do Povo

3. Atividades

3.1. WORKSHOP MARÉ (dias 01 e 02)

A oficina foi organizada em dois grandes blocos de atividades, o primeiro foi realizado em janeiro de 2016 e o segundo no mês de março do mesmo ano. A primeira etapa, realizada a partir da mencionada imersão no conjunto de favelas da Maré contou com o reconhecimento do território, diagnóstico e proposições coletivas, além do compartilhamento dos acúmulos produzidos pelas instituições proponentes do projeto.

No primeiro dia da imersão na Maré foram apresentadas, inicialmente, as pesquisas e propostas referentes ao Território Inventivo, assim como suas premissas conceituais, posteriormente, foi realizado um percurso pelo território, já organizado por grupos de trabalho. Esta etapa teve como propósito a apresentação dos diagnósticos anteriores e a experimentação corporal das dinâmicas territoriais. Em seguida, construímos um mapa de demandas observadas e linhas estratégicas de atuação.

No segundo dia da imersão, após essa primeira síntese e interpretação das questões urbanas a serem trabalhadas, foram desenvolvidas em processo coletivo e horizontal, os projetos de cada grupo de trabalho em suas linhas gerais de atuação. A etapa de compatibilização geral das propostas em um mapa único desenvolveu-se a partir das respectivas apresentações que foram seguidas pelos processos de validação coletiva e consolidação. Com isso, construiu-se o primeiro desenho do Plano a ser detalhado na próxima etapa.





3.1.1 DIAGNÓSTICO: Oportunidades/Desafio

Grupo 1 - Parque União:

Área do canal pouco confortável para a caminhada. Ausência de sombra; Lixo; Praça como o grande espaço integrador. Atrai público e consumidores; Ordenamento para carga e descarga; Compartilhamento da via. Educação para convivência urbana; Linha Vermelha como barreira; Obstáculos nas vias; Diversidade. Mistura de usos no local. Efervescência cultural; Transporte interno precário. Pensar em novas formas de transporte público baseado nos arranjos já existentes na comunidade (motocicleta e vans); Uso do solo intenso, o ordenamento é necessário; Potencial para bicicleta de carga. Linha Vermelha como barreira.

Grupo 2 - Parque Rubens Vaz:

Proximidade da estação Rubens Vaz – BRT TransBrasil (desafio e oportunidade); Presença de ponto de van; Falta de segurança no trânsito; Área densa com uso misto; Ausência de abrigo para pedestre; Veículos estacionados nas ruas principais; Ocupação da calçada pelo comércio; Sinalização horizontal inoperante; Necessidade de melhoria da qualidade das edificações.

Grupo 3 - Nova Holanda:

Qualificar urbanisticamente as ruas transversais à Av. Brasil (obstáculos no caminho do pedestre, calçadas ocupadas, ruas de uso compartilhado, falta de segurança para pedestres e ciclistas).

Legislar o espaço público conforme a cultura local; Integrar transporte público existente e planejado com transporte local de pequeno porte, privilegiando a economia local.

Conectar bairro da Maré via ciclovia a Ramos, Olaria, Ilha, Centro, São Cristóvão e Penha; Alto adensamento demanda soluções de mobilidade não convencionais; Excesso de motocicletas em alta velocidade. Fortalecimento da zona 30, aliado à pactuação de mecanismos de convivência; Aproveitar as oportunidades da AEIU para reduzir imóveis abandonados e subutilizados na Av. Brasil, uso misto; Muralhas simbólicas são um desafio para a conexão interna (entre comunidades) e da Maré com a Cidade.

Grupo 4 - Parque Maré:

BRT TransBrasil indutor de vitalidade. Regulamentação de transporte complementar / BRT / modal; Transporte interno: motos em alta velocidade, falta de transporte de médio porte; Regulamentação urbana sem comprometer a vitalidade e o uso do espaço público; Dinâmica econômica. Multiplicidade de negócios: horário de funcionamento 24h; Aproveitar a centralidade e a potência da rua para diluir as fronteiras do tráfico de drogas. Aproveitar a potência comercial e cultural para atrair pessoas de fora da Maré; Arborização; Bicicleta uso interno Maré: falta bicicletário e estrutura de apoio. Uso comercial da bicicleta; Bicicleta uso Maré-Cidade, Maré-Maré, Maré-Bonsucesso, Maré-Fundão e Maré-Caju; Edificações subutilizadas: galpões - oportunidade de adensamento; Como utilizar os transportes existentes na linha vermelha?

3.1.2 PROPOSTAS

Grupo 1 - Parque União:

- I.** Regularização do leito e das margens do canal existente. Vislumbrou-se como necessária a relocação de comércios e moradia para a realização da arborização e tratamento urbanístico e paisagístico das margens, com a possibilidade de implantação de ciclovia e quiosques ao longo;
- II.** Possibilidade de desapropriação e ocupação do terreno do clube São Cristóvão para a criação de um novo acesso aos fundos do Parque União, bem como para a construção de unidades habitacionais e comerciais para realocação dos ocupantes da margem do Canal, além de implantação de outros equipamentos públicos ou privados necessários ao bairro;
- III.** Viabilizar o acesso ao mangue e à Baía de Guanabara por baixo da Linha Vermelha com a urbanização e implantação de parque com deque para lazer e cais para a ancoragem de barcos;
- IV.** Criar um projeto específico para a Praça do Parque União para potencializar o uso e abrir para o uso para a cidade (Portal da Maré);
- V.** A Estação BRT TransBrasil Rubens Vaz indica uma nova centralidade a ser tratada, com a criação de uma “praça de chegada” entre a estação e a rua Darcy Vargas (Rua do Canal) com espaço comercial que poderia estar associado e geração de renda para a instituição religiosa proprietária do terreno.

Grupo 2 - Parque Rubens Vaz:

- I. Implantar sinalização para pedestres e bicicletas;
- II. Elaborar acordos para uso das calçadas;
- III. Recuperar a praça (quadra);
- IV. Implantar redutores de velocidade;
- V. Estudar a nova centralidade da estação do BRT, que é uma oportunidade e um desafio;
- VI. Implantar bicicletário.



Crianças brincam na praça no morro da Baiana.
Conjunto de Favelas do Alemão, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Francisco Cesar / Imagens do Povo

Grupo 3 - Nova Holanda:

- I.** Regras devem ser pactuadas com os atores locais
- II.** Priorizar pedestres e ciclistas;
- III.** Limites à circulação de veículos de carga devem ser estabelecidos, pode ser feita setorização das ruas. Avaliar estabelecimento de ruas apenas para pedestres;
- IV.** Obstáculos físicos para redução de velocidade;
- V.** Avaliar modificação de pavimentação. Demarcar o pavimento permitindo identificar as áreas de forma diferentes;
- VI.** Proibição de estacionamento de veículos em algumas vias. Criação de áreas de estacionamento para moradores da Maré;
- VII.** Ações para melhoria de acessibilidade com foco em pessoas com mobilidade reduzida;
- VIII.** Ciclovias aumentam a segurança dos deslocamentos. Integrar a maré à malha viária da cidade pela integração modal (BRT, trem, metrô). Ciclovia - solução distinta para dentro da Maré e para conexão com a malha da cidade. Muito desagradável pedalar pela Av. Brasil. Como garantir qualidade para estes deslocamentos? Criar espaço lateral para ciclovias? Deve ser arborizado;

IX. Levar em conta a localização de equipamentos culturais no processo de qualificação urbanística (identidade própria, calçamento específico). Criar outros equipamentos culturais que atraiam outras pessoas para a Maré;

X. Criar referências na paisagem permitindo identificar as áreas de forma diferentes;

XI. Pensar a nova Av. Brasil.



Becos da favela do Mandela. Zona Norte do Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Rosilene Miliotti / Imagens do Povo

Grupo 4 - Parque Maré:

I. Requalificação da Av. Brasil próximo à estação Nova Holanda. Melhoria no desenho urbano, sombreamento, passarelas, bicicletários, uso e adensamento.

II. Estabelecer regulamentações pactuadas com a comunidade que garantam o direito à convivência. Horário de funcionamento de feiras, carga e descarga, uso da calçada, eventos em áreas públicas, transporte complementar, fluxo de veículos e estacionamento.

III. Estabelecer espaço para discutir os imóveis subutilizados, sobretudo galpões, com vias de melhor utilização. Possibilidade: serviços públicos inexistentes ou escassos na Maré.

IV. Desenvolver política de transporte para a bicicleta que envolva a revisão da ciclovía implantada, bicicletário, conexão com BRT e programas de incentivo de uso como forma de melhorar a conexão da Maré com seu entorno.

V. Como aproveitar a centralidade e a potência da Rua Teixeira Ribeiro para diluir as fronteiras do tráfico de drogas?



Ruas e casas enfeitadas para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 na comunidade de Nova Holanda. Conjunto de favelas da Maré, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Rosilene Miliotti / Imagens do Povo



PARQUE UNIAO

RUBEM VAZ

FUNDACAO CONECTAR MARE

NOVA HOLANDA

PARQUE MARE

LINHA VERMELHA

ACESSO MANGUE PARQUE

SINALIZACAO PEDESTRES BICICLETAS

"CULTURA" DO USO ATUAL. SEGURANCA E REORGANIZACAO DO USO DAS VIAS

ARBORIZAR

Ocupar?

"ACORDOS" DE USO CALÇADA

VALORIZAR EQUIPAMENTOS CULTURAIS.

CENTRALIDADE E POTENCIAL PODER LOCAL.

SINAL

PRACA "QUADRA"

FLUXOS A SEREM VALORIZADOS

REVER FLUXOS QUADRILATERO

RELOCAR

REGULAMENTACAO "ACORDOS DE CONVIVENCIA"

IDENTIDADE VISUAL PARA RUAS

DESENHO URBANO (RUVIGAO)

PRACA PU

REDUTORES VELOCIDADE ENTRADA RUAS CRUZAMENTOS

OBSTACULOS "REDUTORES" DE VELOCIDADE

MOVES SUBUTILIZADOS (GALPoes)

AV. BRAS

NOVA CENTRALIDADE

BRT OPORTUNIDADE e DESAFIO

BICICLETARIIL

BICICLETA VIAS INTERMEDIARIAS (COM CIDADE)

GRANDE PORTAL

PRACAREIA CENTRO COMERCIAL.

BICICLETAS

3.1.4 CONSOLIDAÇÃO DO MAPA ÚNICO

O conjunto dos temas propostos ao longo do trabalho foram reunidos em um mapa único, consolidando o plano geral fruto deste processo coletivo. A seguir, apresentamos os sete principais pontos levantados:

1. Nas ruas de maior fluxo foi identificada a necessidade de ordenamento dos usos e fluxos, revisão da sinalização, arborização, controle de velocidade e criação de uma identidade visual. Os acordos devem envolver os diversos atores e respeitar a cultura local;

2. A Praça do Parque União é um local de referência na cultura local, recebendo diversos tipos de eventos, inclusive com atração de público externo. O acesso externo será facilitado pelo BRT TransBrasil e receberá novos fluxos. O espaço precisa ser organizado;

3. A estação BRT TransBrasil será um novo acesso externo à Maré, o que gerará nova centralidade que precisa ser estudada, já que haverá um aumento de fluxo a ser distribuído a partir deste ponto;

4. A Praça do Parque Rubens Vaz deve ser objeto de projeto para a requalificação, possivelmente recuperando o uso de quadra de esportes;

5. Na Rua Darcy Vargas existem construções sobre o canal, o que expõe seus moradores a problemas de segurança ambiental. Foi identificada a necessidade de planejamento, avaliação de remoção e reurbanização da área;

6. A barreira criada pela Linha Vermelha afasta a Maré de sua situação original à margem da Baía de Guanabara. Proposta para o estudo de implantação de um parque com área de lazer e recuperação da ligação original;

7. O Bairro da Maré possui uma grande interface com a Av. Brasil que é a franja de encontro com a cidade, acesso ao transporte de massa e relação com demais bairros. A área receberá fluxos decorrentes das estações de BRT e precisa de projeto que contemple a recuperação das calçadas, a avaliação dos usos e sub-usos dos imóveis ao longo da Av. Brasil e a eventual revisão da AEIU da Av. Brasil (Área de Especial Interesse Urbanístico). Estudar a possibilidade de implantação de serviços não disponíveis no bairro.

- 1. Nas ruas de maior fluxo foi identificada a necessidade de ordenamento dos usos e fluxos, revisão da sinalização, arborização, controle de velocidade e criação de uma identidade visual. Os acordos devem envolver os diversos atores e respeitar a cultura local.
- 2. A **Praça do Parque União** é um local de referência na cultura local, recebendo diversos tipos de eventos, inclusive com atração de público externo. O acesso externo será facilitado pelo BRT Transbrasil e receberá novos fluxos. O espaço precisa ser organizado.
- 3. A **estação BRT Transbrasil** será um novo acesso externo à Maré, o que gerará nova centralidade que precisa ser estudada, já que haverá um aumento de fluxo a ser distribuído a partir deste ponto.
- 4. A **Praça do Parque Rubens Vaz** deve ser objeto de projeto para a requalificação, possivelmente recuperando o uso de quadra de esportes.
- 5. Na Rua Darcy Vargas existem construções sobre o canal, o que expõe seus moradores a problemas de segurança ambiental. Foi identificada a necessidade de planejamento, avaliação de remoção e reurbanização da área.
- 6. A barreira criada pela **Linha Vermelha** afasta a Maré de sua situação original à margem da Baía de Guanabara. Proposta para o estudo de implantação de um parque com área de lazer e recuperação da ligação original.
- 7. O **Bairro da maré** possui uma grande interface com a Av. Brasil que é a franja de encontro com a cidade, acesso ao transporte de massa e relação com demais bairros. A área receberá fluxos das estações de BRT e precisa de projeto que contemple a recuperação das calçadas, a avaliação dos usos e sub-usos dos imóveis ao longo da Av. Brasil e a eventual revisão da AEIU Av. Brasil (Área de Especial Interesse Urbanístico). Possibilidade de implantação de serviços não disponíveis no bairro.



3.1.5 TEMAS GERAIS

Entre os temas gerais, também foram consolidadas as oportunidades/desafios consideradas como as mais relevantes, sendo pertinentes não só para o local específico, mas também para uma área de influência mais abrangente dentro do conjunto de favelas da Maré. A seguir observamos as principais questões levantadas: Adequação da infraestrutura de saneamento básico e drenagem; Falta de serviços (banco e correio); Qualidade ambiental versus densidade; Fiação elétrica desordenada: impedimento de entrada de veículos de maior porte; Lixão localizado nos “fundos” da Maré; Governança do espaço público; Principal desafio é dialogar com todos os atores envolvidos; Aproveitar a centralidade da Rua Teixeira Ribeiro para diminuir fronteiras existentes na Maré; Propor uma nova regulação adequada à cultura local; Formas de ruptura com as barreiras simbólicas principalmente em questões de segurança; Instalação de lixeiras; Vias compartilhadas. Velocidade motos; Transporte público de pequeno porte, tal como micro-ônibus, para circulação interna. Os existentes não são abrangentes e não possuem regularidade; Isolamento do resto da cidade; Falta de ciclovias. Bicicleta é útil para circulação interna; Aproveitamento pelas comunidades da possibilidade de AEIU da Av. Brasil para reduzir os imóveis abandonados e subutilizados; pensar a nova Av. Brasil.

Também foram apresentadas sugestões de pesquisa para o aprofundamento do conhecimento do território, como: Cadastro imobiliário dos imóveis na Av. Brasil; Legislação urbana, AEIU da TransCarioca; Usos e conflitos nas ruas principais; Padrão de mobilidade / Sistema de mobilidade: BRT, ônibus, trem, metrô – demandas qualificadas; Circuito de mobilidade: cargas, pedestre e bicicleta; Mercado imobiliário – planta de valores; Identificação do PIB no bairro.

3.2 APROFUNDAMENTO IPP 09/03

Concluída a etapa de imersão na Maré, o grupo de trabalho iniciou o processo de detalhamento, refinamento e junção das subáreas propostas por cada equipe visando a elaboração de um Plano Geral de Mobilidade e Espaço Público, incluindo um caderno de propostas como resposta às condições e diagnósticos observados. O trabalho foi constituído de três etapas: Revisão dos problemas e das proposições já identificados; apresentação de novas propostas e validação das mesmas a partir dos conceitos de necessidade, possibilidade técnica de implantação e viabilidade financeira; Categorização das propostas validadas segundo o impacto que causariam e o esforço necessário; Definição dos próximos passos: atores fundamentais para dar continuidade a cada uma das proposições, tipo de ação necessária (pública ou privada) e tempo para viabilizar a ação (curto, médio ou longo prazo e eventuais etapas necessárias).

3.2.1 PROPOSTAS

GRUPO 1 - PARQUE UNIÃO

Tema 1.i: Praça Esperança do Parque União

Esforço - baixo | Impacto - alto

>> Realização de tratamento urbanístico que promova a integração entre a Praça do Parque União com a praça a ser implantada no início da Rua Darcy Vargas;

>> Implantação de agência bancária na praça a ser criada.

Esforço: baixo | Impacto: baixo

>> Instalação de totem na nova praça com mapa da área com indicação de roteiros e pontos de interesse;

>> Elaboração de sistema de identificação e sinalização;

>> Criação de centro de referência de memória por comunidade.

Esforço: alto | Impacto: alto

>> Implantação de praça e centro de comércio em frente à estação Rubens Vaz;

>> Proposta de equipamentos não fixos para a Praça do Parque União.

Sem categorização

>> Desenvolvimento local versus controle do território;

>> Protagonismo da Região Administrativa;

>> Incentivo à organização do entorno da praça em uma associação formal.

Tema 1.2: Avenida Brasil

Esforço: baixo | Impacto: alto

Requalificação dos passeios ao longo da Av. Brasil, alguns invadindo o limite proposto no PAA (Projeto Aprovado de Alinhamento) da Av. Brasil para trecho da Maré (35m a partir do eixo da Av. Brasil).

Esforço: alto | Impacto: alto

Revisão da legislação AEIU da Av. Brasil.

GRUPO 2 - PARQUE RUBENS VAZ

Tema 2.1: Rua Principal

Esforço: baixo | Impacto: alto

Concepção de um projeto para tornar a rua principal mais segura

para o pedestre e o ciclista respeitando os usos existentes.

Esforço: alto | Impacto: alto

>> Elaboração de plano de comunicação com equipe profissional;

>> Definição do que é uma ciclovias;

>> Realização de oficina para determinar os usos;

>> Diálogo com a população antes de apresentar as propostas - conscientização.

Tema 2.2: Mobilidade Interna

Esforço: baixo | Impacto: alto

Elaboração de plano de mobilidade da Maré;

Diagnóstico sobre transporte coletivo no interior da Maré.

Esforço: baixo | Impacto: baixo

Implantação de bicicletários nas estações BRT TransBrasil e pontos de transporte público (ex. Linha Amarela).

Esforço: alto | Impacto: alto

Planejamento de sistema de transporte por tuk-tuk substituindo as motos;

Planejamento de rede de ciclovias que conectar-se a Maré com bairros do entorno;

Campanha educativa para usuários de motocicletas na Maré.

GRUPO 3 e 4 - NOVA HOLANDA E PARQUE MARÉ

**Tema 3.1: Ruas Bittencourt Sampaio,
Rua Sargento Silva Nunes e Rua Teixeira Ribeiro**

Esforço: baixo | Impacto: alto

Implantação do projeto de ciclovía apresentado pela SMAC;

Incorporação da ciclovía no projeto;

Sensibilização dos comerciantes;

Estímulo à economia local;

Sensibilização sobre padrão de manutenção e limpeza;

Valorização da cultura local e negócios tradicionais;

Redução de velocidade para mitigar aumento de fluxo de veículos;

Implantação de via alternada (chicanas) e speed table em cruzamentos;

Desenvolvimento de marcas para centros culturais.

Esforço: baixo | Impacto: baixo

Implantação de 3 vias de acesso ao interior da comunidade;

Sinalização de clarificação do acesso;

Implantação de cor no pavimento de ruas;

Uso de bicicleta como veículo de entrega;

Desenvolvimento de logotipos para acesso, entrada, saída, pontos de interesse;

Oferta de estacionamento qualificado para moradores;

Identificação e valor simbólico;

Levantamento de áreas subutilizadas.

Esforço: alto | Impacto: alto

Planejamento para evitar gentrificação;

Desenvolvimento de contratos de locação;

Fortalecimento de laços e instituições;

Planejamento para evitar saída de residentes;

Planejamento de via de mão única para organizar o espaço;

Possibilidade de transformar em área cultural;

Compatibilização do cultural versus cultural gastronômico;

Mediação do uso da rua e dos horários;

Organização da calçada;

Espaçamento das barracas (ilhas de barracas);

Uso elevado (em nível);

Delimitação: Rua principal até a Getúlio Vargas;

BRT – vans como transporte interno.

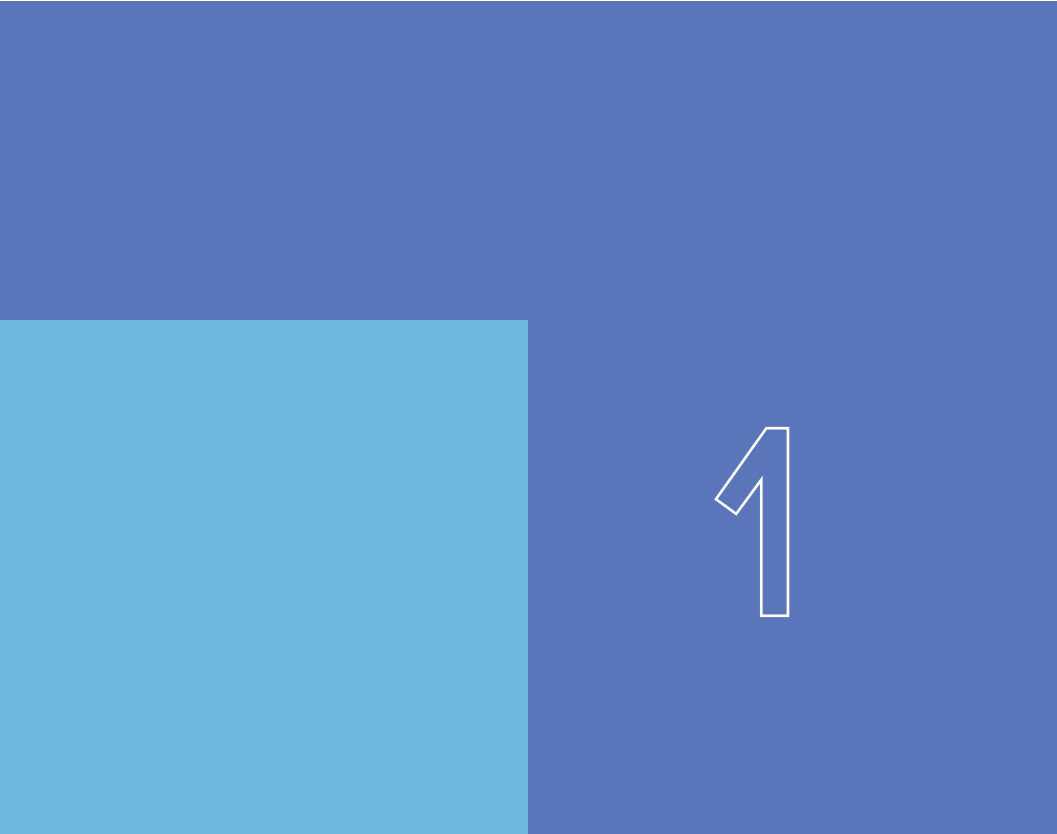
Esforço: baixo | Impacto: baixo

Limites de horário para motos e cargas;

Uso de galpão para oficina.

3.2.2 PROPOSIÇÕES PARA O TERRITÓRIO INVENTIVO 1

Ao todo, chegamos ao resultado de traz proposições para o recorte trabalhado no Território Inventivo Polo 1. As propostas são referentes aos desenvolvimentos realizados ao longo de toda oficina pelos diversos atores e participantes do processo e são a culminância do processo de projeto participativo proposto. A seguir apresentamos oito das principais propostas realizadas como para ilustrar alguns dos resultados obtidos.



1

PROPOSTA 1: Unificação da Praça do Parque União e da área de entorno e saída da estação BRT Rubens Vaz. Tipo de Ação: Ações pública e privada, como o fortalecimento da Associação Comercial para formalizar a participação, elementos de atração de investimentos para a área e revisão da AEIU da Av. Brasil. Atores: Poder público: SMU, SMO, SMTR; Sociedade civil: Associação de Moradores, Associação Comercial. Etapas: Avaliação de áreas disponíveis; Elaboração de projeto urbanístico.; Levantamento dos imóveis ao longo da Av. Brasil (usos, áreas e aspectos fiscais). Impactos Esperados: Otimização e ordenamento do comércio e serviços; Promoção de espaço de conexão.



RUA DARCI VARGAS

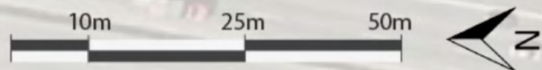
RUA JOÃO ARAÚJO

RUA MASSARANDUBA

alinhamento 35m

eixo central

AVENIDA BRASIL



- 1. Reordenamento da Praça do Parque União mantendo seus usos estabelecidos e requalificando o espaço urbano
- 2. Nova Praça proposta dialogando diretamente com a chegada do BRT Transbrasil, com a Praça do Parque União e com o corredor verde
- 3. Conexão entre as praças existente e proposta a partir do reordenamento do espaço contíguo à Av. Brasil
- 4. Requalificação das ruas e calçadas do entorno das praças

- 5. Estação BRT
- 6. Nova passarela conectando a estação de BRT à praça e ao edifício comercial proposto
- 7. Edifício de galeria de lojas conectado à estação de BRT e integrado à praça proosta

2

PROPOSTA 2: Tratamento das calçadas ao longo da Av. Brasil incluindo os entornos das passarelas. Tipo de Ação: Ações pública e privada, como o fortalecimento da Associação Comercial para formalizar a participação, elementos de atração de investimentos para a área e revisão da AEIU da Av. Brasil. Atores: Poder público: SMU, SMO, SMTR; Sociedade civil: Associação de Moradores, Associação Comercial.

Etapas: Avaliação de áreas disponíveis

– levantamento da situação fundiária e de uso dos imóveis ao longo da Av. Brasil; Elaboração de projeto urbanístico, identificando as áreas que estão invadindo o PAA;

Implantação do PAA onde possível (o PAA prevê para este trecho da Av. Brasil a largura de 70 metros, sendo 35 m para cada lado a partir de seu eixo); Revisão da AEIU Av. Brasil, permitindo outros usos. Impactos Esperados: Melhoria da qualidade ambiental; Promoção de espaço de conexão seguro; Otimização e ordenamento do comércio e serviços



Av. Brasil hoje - Google streetview



Imagem Referência da Proposta - Google streetview

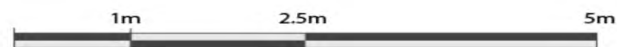
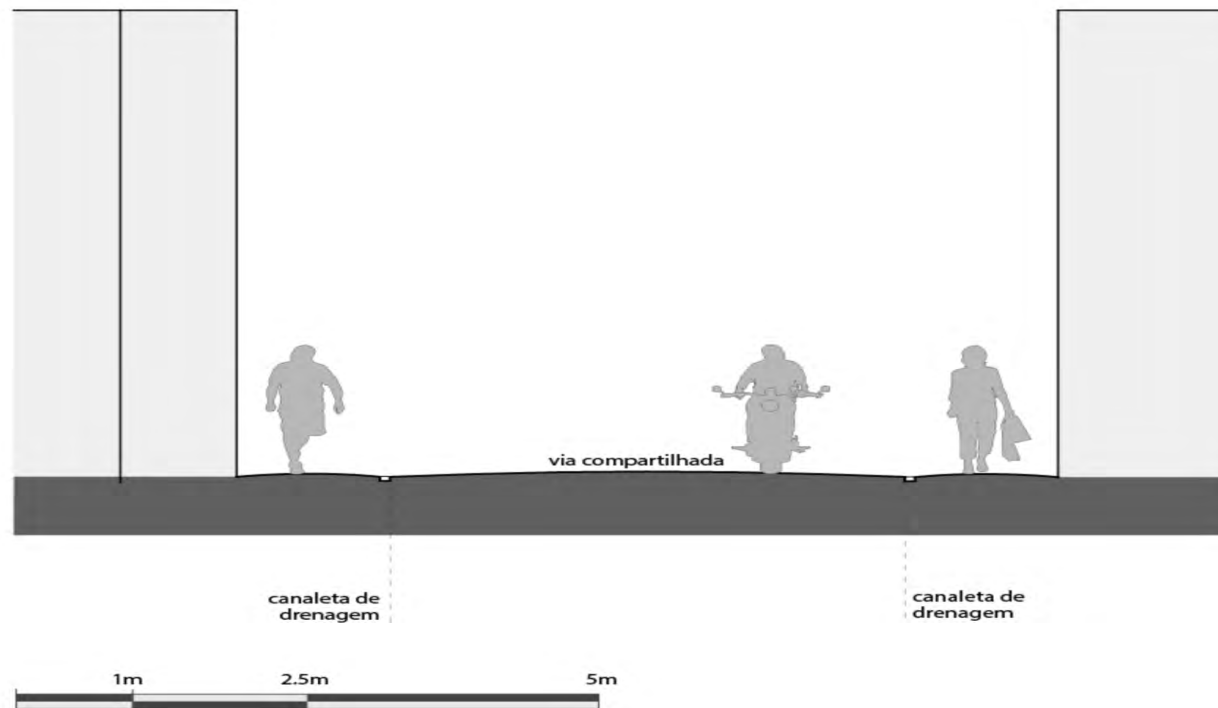
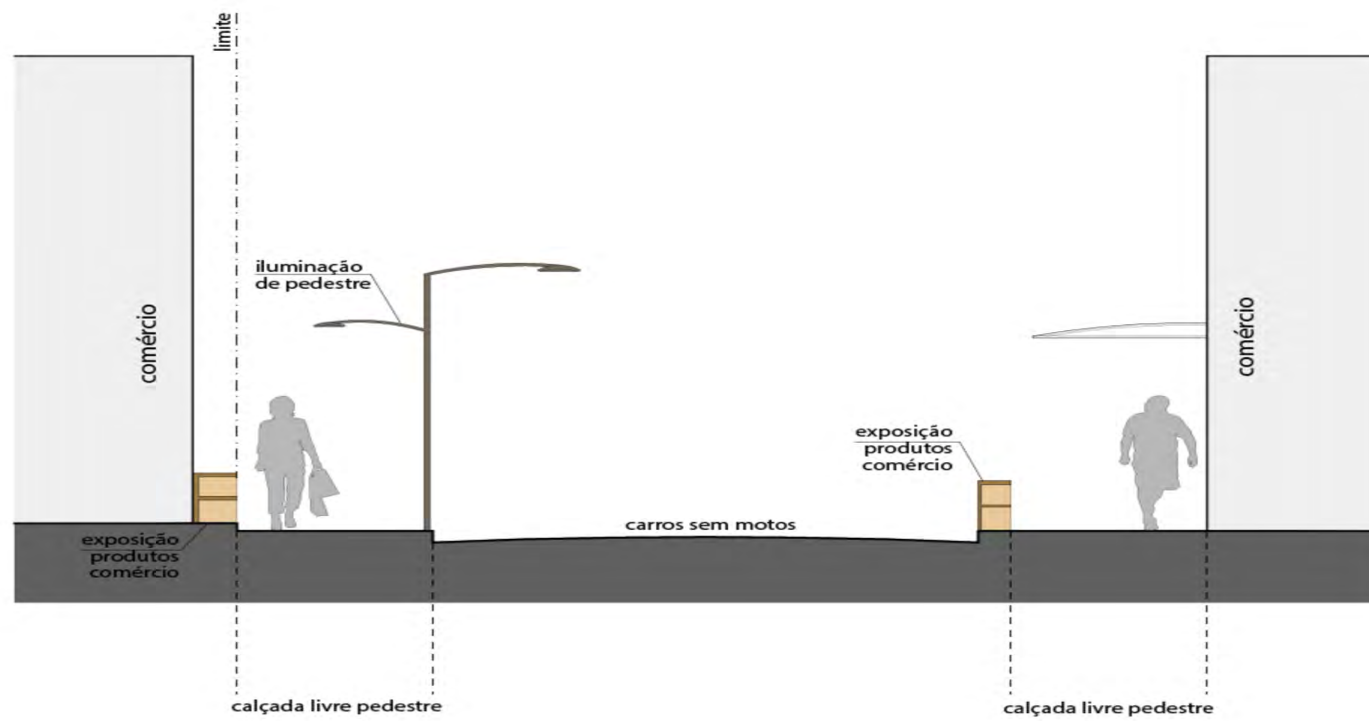
3

PROPOSTA 3:

Concepção de um projeto para tornar a Rua Principal mais segura para pedestres e ciclistas, respeitando os usos existentes. Tipo de Ação: Ação pública com o envolvimento da sociedade civil para construção de acordos de uso das vias compartilhadas.

Atores: Poder público: técnicos envolvidos no projeto, SMTR, SMAC, SMU, SMO;

Sociedade civil: Associação de Moradores, Associação de Comerciantes e GT Maré. Etapas: Oficina de consulta para levantamento de percepções dos moradores e atores locais sobre a Rua Principal (articulado ao plano de comunicação); Análise de resultados e definição de estratégia para o desenvolvimento da proposta; Desenvolvimento da proposta e apresentação para os moradores. Impactos Esperados: Maior segurança para ciclistas e pedestres.



Corte Transversal
Imagem: Observatório de Favelas

PROPOSTA 4:

Concepção e implementação de um plano de mobilidade para Maré. Tipo de Ação: Ação pública com o envolvimento da sociedade civil para construção de acordos do plano de mobilidade.

Atores: Poder público: SMTR, SMU, Ministério das Cidades, SMH;

Sociedade civil: Associação de Moradores, Associação de transportes (vans e mototáxis), ONGs com atuação local, sociedade civil (especialmente moradores), AgeRio (Agência Estadual de Fomento), SEBRAE e Grupo de Trabalho da Maré.

Etapas: Formar Grupo de Trabalho com atores envolvidos para concepção das propostas do plano; Diagnóstico do sistema de mobilidade da Maré (bicicleta, moto taxi, vans, transporte público, consulta aos usuários e estacionamento);

Desenvolvimento do plano, respeitando diretrizes e orientações do Ministério das Cidades e considerando a qualificação do PMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável) do espaço público (TA - Transportes Ativos - não motorizado); Desenvolver estratégias para identificação de potenciais financiadores das ações do plano; Apresentação do plano para a comunidade. Impactos Esperados: Melhoria da mobilidade interna na Maré.



PROPOSTA 5:

Plano de Comunicação para educação, mediação e concepção de propostas para o espaço público da Maré. Tipo de Ação: Ação pública com o envolvimento da sociedade civil para elaboração de um plano de comunicação que facilite o envolvimento e a participação de moradores, comerciantes e associações e que possa servir de modelo para outros territórios. Atores: Poder público: Técnicos envolvidos no desenvolvimento dos projetos para o espaço público da Maré, Técnicos e gestores de órgãos públicos e instituições públicas locais (ex. escolas); Sociedade civil: Associação de Moradores, Associação de comerciantes, ONGs com ação local, empreendedores locais, órgãos municipais e associação de transportes e Grupo de Trabalho da Maré. Etapas: Montar o Grupo de Trabalho com atores envolvidos para conceber a proposta do plano incluindo comunicadores profissionais na área social;

Desenvolvimento do plano:

- 1.** estratégia de educação e sensibilização sobre o uso do espaço público, segurança no trânsito, cidadania para diferentes públicos;
- 2.** sistematização metodológica de processo participativo para intervenção no espaço público, propondo primeira experiência na Rua Principal.
- 3.** estratégia de comunicação, educação e sensibilização para técnicos sobre violência, governança no espaço público e mediação de propostas.
- 4.** Apresentar proposta para Grupo de Trabalho da Maré e Órgãos da Prefeitura; Impactos Esperados: Melhoria da mobilidade interna e desenvolvimento social na Maré.

5



PROPOSTA 6:

Implantação de bicicletários nas estações de BRT e pontos de transporte público Tipo de Ação: Ação pública com o envolvimento da sociedade civil para elaboração de um plano de comunicação que facilite o envolvimento e a participação de moradores, comerciantes e associações e que possa servir de modelo para outros territórios.

Atores: Poder público: SMTR, SMO, SMAC, SMU (CAU); Sociedade civil: Grupo de Trabalho Território Inventivo da Maré, Associação de moradores, transportes e comércio. Etapas: Levantamento dos pontos prioritários para instalação dos bicicletários;

Verificar o projeto das estações do BRT e adequar as propostas existentes para bicicletários, enfocando a realidade da Maré; Desenvolvimento dos projetos de bicicletários, considerando os pontos prioritários. Impactos Esperados: Ambiente mais agradável, potencialização dos usos culturais, incremento econômico; Tornar essa área em grande polo da cidade.

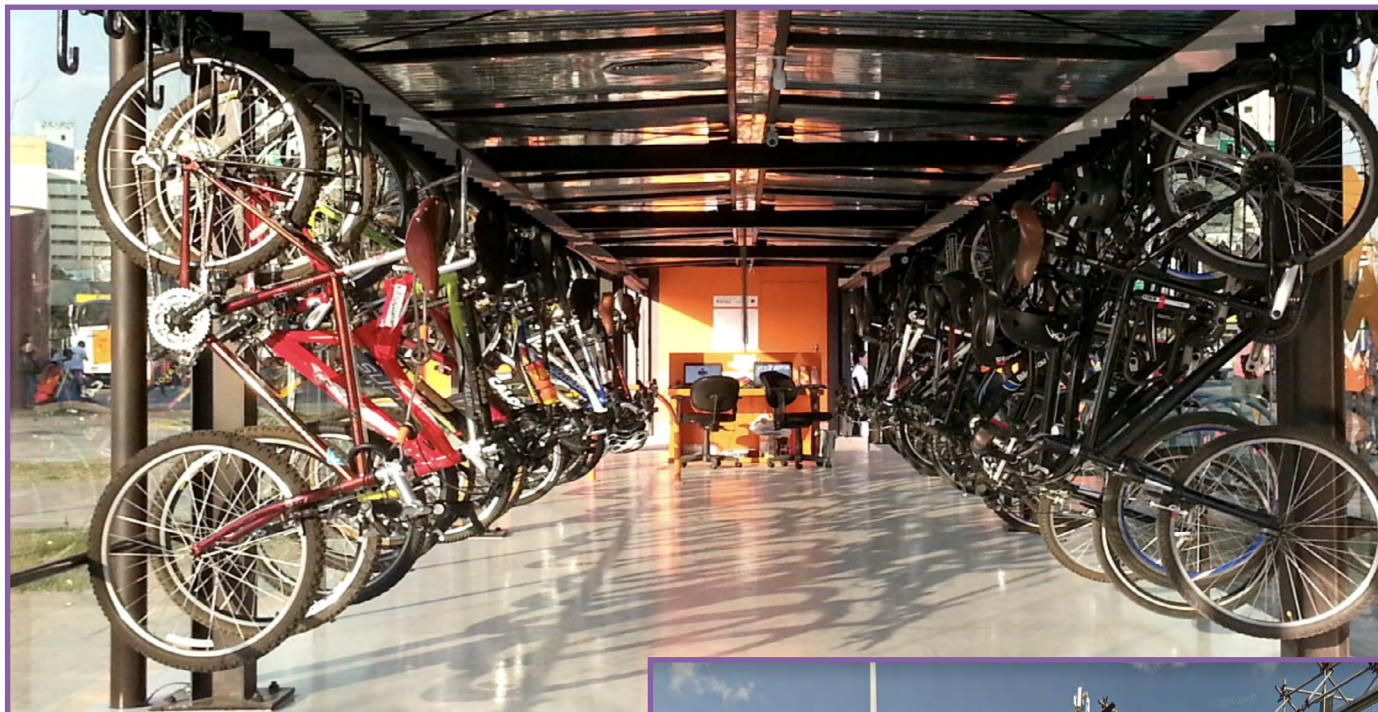


Imagem de referência da proposta
Foto: www.vadebike.org.br



Av. Brasil hoje
Foto: Google streetview

7

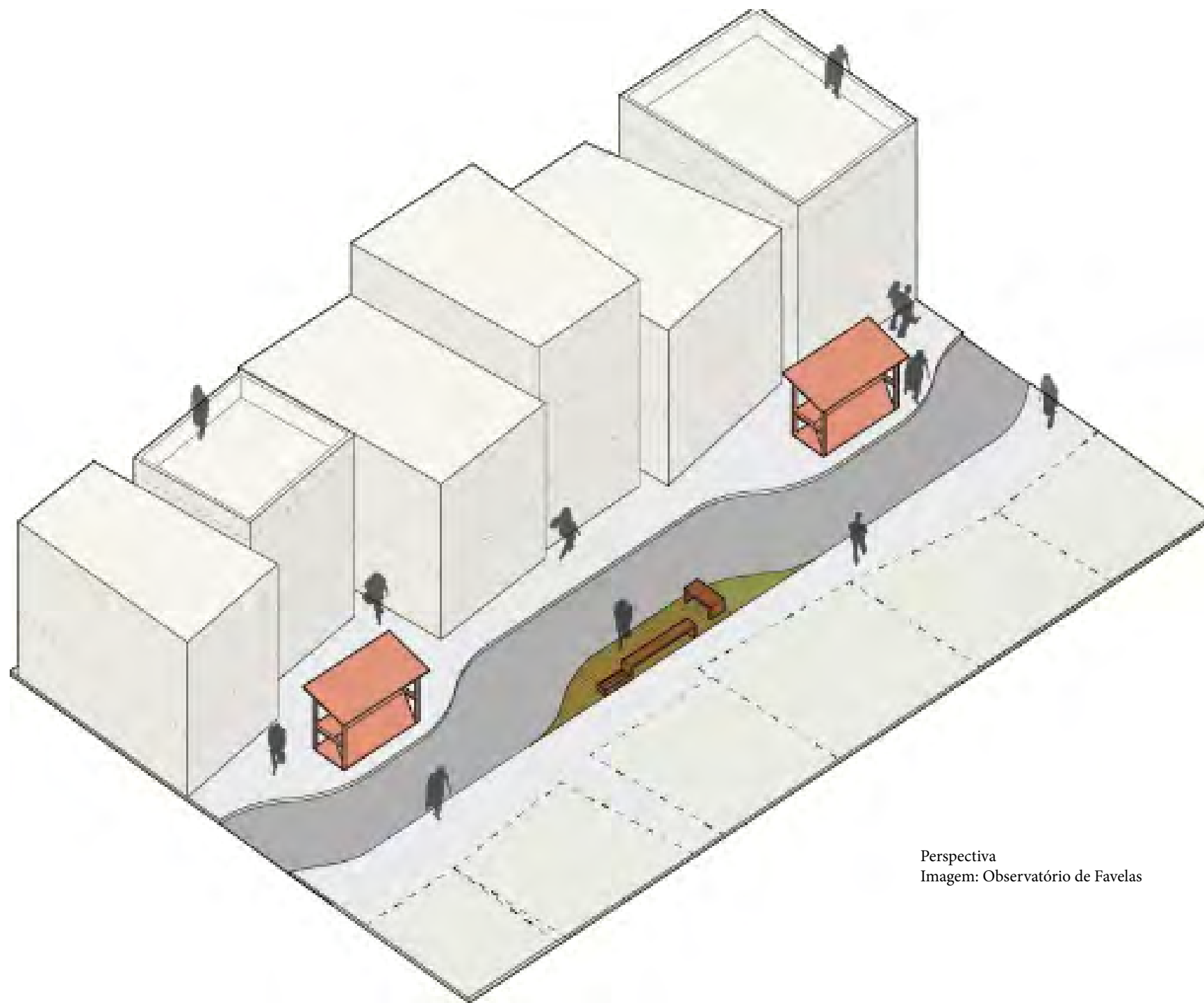
PROPOSTA 7:

Transformação da Rua Teixeira Ribeiro em via de pedestre. Tipo de Ação: Ação pública com o envolvimento e apoio de parceiros locais. Atores: Poder público: SMU e SMO; Sociedade Civil: SEBRAE, Redes da Maré, Associação de Moradores e Associação Comercial.

Etapas: Priorizar a circulação e acessibilidade de pedestres na Rua Teixeira Ribeiro; Delimitação da área exclusiva de pedestre.

Proposta: Rua Principal até a Rua Getúlio Vargas (acesso à Rua Sargento Silva Nunes); Criação de grande calçadão em nível (calçada e rua no mesmo nível) com mesma identidade visual do concurso de ideias;

Organização de barracas quando a número máximo na área de pedestre, espaçamento, incorporação de elementos de sombra e iluminação, padronização de dimensão; Bicicletas como veículo de entrega; Alocação de barracas em ilhas alternadas (chicanas). Impactos Esperados: Melhoria da mobilidade de pedestres com fortalecimento do comércio local (maior visibilidade).



Perspectiva
Imagem: Observatório de Favelas

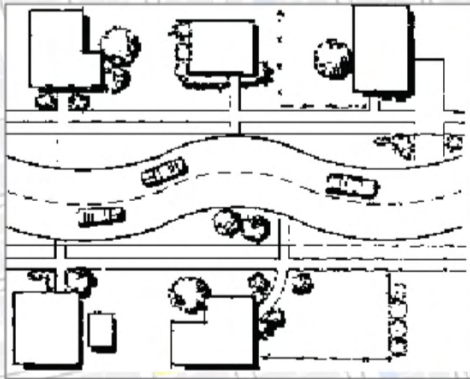
PROPOSTA 8:

Reorganização viária e de mobilidade. Tipo de Ação: Ação pública com o envolvimento e apoio de parceiros locais. Atores: Poder público: SMU e SMO; Sociedade Civil: SEBRAE, Redes da Maré, Associação de Moradores e Associação Comercial.

Etapas: Reorganização do tráfego de veículos para otimização do uso das vias públicas; Criação de vias de mão única e via de pedestre; Limitadores de velocidade (esquinas elevadas, arborização em chicanas); Compatibilização horários de carga; Definição de papel para transporte interno das vans; Apresentação do projeto cicloviário pela SMAC; Sinalização de acesso considerando importância dessas vias; Impedimento de estacionamento nas vias; Reorganização do tráfego de veículos para otimização do uso das vias públicas; Criação de vias de mão única e via de pedestre; Limitadores de velocidade (esquinas elevadas, arborização em chicanas); Compatibilização horários de carga; Definição de papel para transporte interno das vans; Apresentação do projeto cicloviário pela SMAC; Sinalização de acesso considerando importância dessas vias; Impedimento de estacionamento nas vias.

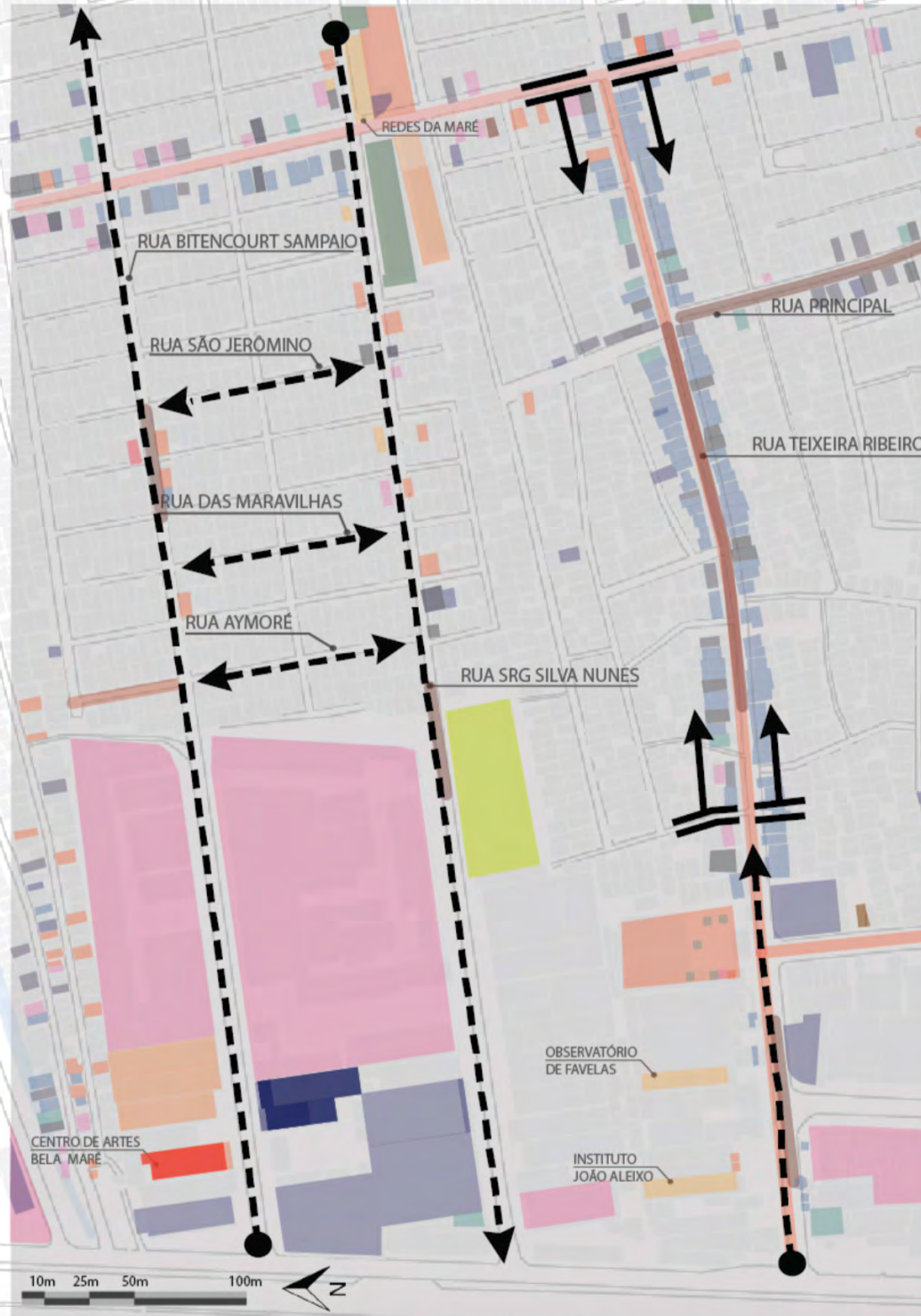
Impactos Esperados: Circulação mais eficiente e segura e agradável.





LEGENDA MUDANÇAS VIÁRIAS

- ---> novo percurso: mão única
- ← ---> novo percurso: mão-dupla
- ||> redutor de velocidade /mão-dupla



LEGENDA USOS

- | | | |
|-------------|-----------------|----------------|
| mercado | equi. culturais | igrejas |
| alimentação | enti. públicas | estacionamento |
| comércio | ONGs | festas |
| serviços | associação | feiras |
| estética | moradores | quadra |
| bares | ensino | |

9. ETAPA PESQUISA TERRITORIALIDADES INVENTIVAS DA CULTURA

A pesquisa Maré: Territorialidades Inventivas em Economia da Cultura, realizada com o apoio do Programa Observatório Itaú Cultural, foi desenvolvida no período de outubro de 2017 a outubro de 2018, sendo integralmente dedicado à elaboração de estudos qualitativos sobre as condições e os processos de criação e vivência cultural e artística em uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro: a Favela da Maré. Nossa intenção foi localizar autores e autoras em seus contextos de criação de arte e cultura, assim como desvelar as condições de produção, os modos de organização e os recursos de realização de cenas estéticas em territorialidades inventivas.

Introdução

O encontro de práticas de arte e cultura faz da Maré um território de inventividades estéticas populares que, mesmo com a notória limitação de recursos e equipamentos públicos e privados, faz de suas praças, ruas, becos, muros, lajes e bares territoriali-

dades de diferentes cenas estéticas. Das festas de sonoridades e bailados às experimentações teatrais. Da produção e exibição de produtos visuais aos passeios estilísticos dos skates. Do colorido dos grafites nos muros aos pagodes com churrasco nas lajes.

São configurações de encontros, percursos e táticas que habitam um mesmo território de pertencas na complexidade da vida urbana. E mais: são patrimônios que precisam ser reconhecidos socialmente e tomados como referências de políticas públicas de cultura. É justamente por esse prisma de análise que a nossa pesquisa sobre as territorialidades inventivas da Favela da Maré ganhou sentido e horizonte de realização.

Apesar dos estereótipos da pobreza e dos estigmas da violência que ainda marcam as favelas, não se deve desconsiderar a riqueza de suas expressões estéticas e de seus modos significativos de apresentar e afirmar a sua pluralidade cultural. Embora não estejam consideradas no âmbito dos padrões estéticos dominantes, as riquezas dos universos culturais elaborados nas favelas geram expressões coletivas da construção de uma identidade específica e complexa desses territórios no contexto urbano contemporâneo. Portanto, as favelas constituem patrimônios materiais e imateriais que, embora não consagrados nos cânones culturais, apresentam marcações de invenção, integração e renovação de experiências estéticas urbanas.

Para superar a fricção entre o conhecimento e o reconhecimento das inventividades culturais e artísticas dos territórios populares é urgente considerar que as práticas culturais – institucionalizadas

ou não, individuais ou coletivas, autônomas ou vinculadas a grupos – são processos de afirmação de sujeitos sociais, que visam significar suas vidas e seus modos de lidar com o cotidiano a partir de múltiplas linguagens. Trata-se, portanto, da construção de uma cartografia sensível que combine o conhecimento ao reconhecimento do conjunto diferenciado de territorialidades, experiências e autores para superar a invisibilidade do valor estético tangível e intangível das favelas. Afinal, quem conhece de fato a riqueza cultural das favelas? Como são elaboradas as vivências criativas de arte e cultura das favelas? Quais são suas territorialidades de celebração? Como seus saberes e fazeres artísticos podem ser referências para políticas de economia da cultura?



Carnaval de Rua no Conjunto de favelas da Maré, desfile do bloco se benze que dá.
Rio de Janeiro, Brasil.

Copyright Marcia Farias / Imagens do Povo



Barbearia no morro do Alemão.
Conjunto de Favelas do Alemão, Rio de Janeiro.
Copyright Francisco Cesar / Imagens do Povo

DESAFIOS METODOLÓGICOS

A perspectiva do trabalho foi buscar identificar o potencial de criação e as possibilidades de difusão das ações de cultura e das artes, tanto para o seu público local como para a diversidade de públicos da própria cidade, contribuindo com seus resultados para fomento de redes colaborativas de economia criativa da cultura. Para além de construir estudos qualitativos de práticas inventariadas em suas condições de realização de produtos tangíveis e intangíveis, foram também observadas as condições de comunicação e fruição, uma vez que significam encontros criativos entre os sujeitos e o seu público. Portanto, o percurso da pesquisa abrigou a combinação de inventários qualitativos e, a partir disso, foi possível a construção de uma cartografia sensível de territorialidades de potências inventivas, justamente no sentido de buscar traduzir cenas plurais de arte e cultura em suas localizações de acontecimentos nas 16 comunidades que conformam a Favela da Maré.

É preciso acrescentar que a pesquisa, além de localizar sujeitos e territorialidades de realização de arte e cultura, também abrigava outros itens igualmente relevantes e complementares: condições materiais de produção, modos de organização das atividades, recursos de financiamento, públicos envolvidos e inserção das ações na Favela da Maré e em outros bairros da cidade.



Menina olhando pela porta. Conjunto de favelas da Maré, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Rovená Rosa / Imagens do Povo

Foi possível, portanto, construir um quadro mais amplo de informações para a análise de situação da produção artística e cultural, associado ao mapeamento de registro de territorialidades de atividades e de seus autores.

O elenco de questões enunciadas delineou o objetivo maior do trabalho que ora apresentamos: desenvolver um estudo qualitativo dos saberes e fazeres dos autores de arte e cultura da Maré, tendo como referência as suas vivências de autorias territorializadas. De modo mais explícito, tratava-se do empenho de construir uma cartografia cognitiva das práticas culturais e artísticas, porém tratadas com sensibilidades generosas, uma vez que sua referência de construção estava intimamente vinculada aos seus autores em invenções criativas, em paixões aguerridas, em desejos inconclusos e, sobretudo, e m muita dedicação ao trabalho, embora em condições adversas permanentes.

Para atribuir melhor ordenamento ao trabalho de entrevistas, elaboramos uma tipologia de práticas artísticas e culturais com os seguintes itens de classificação: identificação de autores (individuais e coletivos), tempo de existência, frequência das atividades, número de componentes, público, formas de financiamento, locais de realização e principais dificuldades que enfrentam. Sendo assim, foi possível mapear os sujeitos produtores de arte e cultura em suas diferentes condições e territorialidades de realização.

A partir dessa abordagem metodológica, o trabalho de pesquisa foi dividido em quatro grandes etapas: i) identificação de práticas culturais e artísticas do território que deveriam ser entrevistadas, buscando preservar a representatividade de linguagens e territórios;

A CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA COGNITIVA EM SEUS DIFERENTES MOMENTOS

O primeiro momento da pesquisa consistiu na elaboração do recorte dos grupos, indivíduos ou instituições de arte e cultura atuantes na Maré que deveriam ser entrevistados e mapeados posteriormente. A partir do acesso ao banco de informações foi possível realizar o recorte inicial de grupos e práticas mais relevantes no território e estabelecer a representatividade necessária para cada elenco de autores (indivíduos e coletivos), linguagens (desde as diversas categorias artísticas até as práticas ligadas à produção propriamente dita), disposição de autores e ações no território (nas 16 favelas que compõem a Maré) e reconhecimento das formas e dos processos de atuação.

Para a elaboração desse recorte, além dos dados coletados previamente foram realizados seminários e oficinas incluindo a equipe de pesquisa do Observatório de Favelas, com a participação de pesquisadores de outras instituições e de artistas locais especialmente convidados para conversações conceituais e metodológicas sobre a construção do inventário de práticas artísticas e culturais da Maré. Esses encontros de diferentes olhares e vivências contribuíram decisivamente para a elaboração do recorte qualitativo dos entrevistados e para os indicativos de cenas para mapeamento de territorialidades.

Concluído o momento de consolidação do recorte dos entrevistados, a equipe dedicou-se à elaboração do instrumento de entrevista. Para tanto, as práticas culturais e artísticas foram definidas em classificações de grandes grupos de registro e articuladas em suas geografias de acontecimentos: música; artes cênicas (dança, teatro, circo, produção de cenários); artes visuais (fotografia, escultura, vídeo, desenho, gravura); cultura popular (artesanato, culinária, capoeira); audiovisual (cinema, vídeo, cineclube); literatura (poesia, cordel, romance, novela); esporte; moda; atividades formativas; e grafite. A proposta de estudo também buscou associar as práticas aos locais de sociabilidade e cultura (associações de moradores, organizações não governamentais, escolas, agremiações, equipamentos culturais, feiras, restaurantes, bares, lan houses, praças, ruas) como possibilidade de identificação e análise de territorialidades.

CONDIÇÕES E PROCESSOS DAS PRÁTICAS EM SUAS TERRITORIALIDADES

O estudo das práticas culturais e artísticas ganhou sua organização a partir de um elenco de 120 entrevistados. De início, o instrumento de pesquisa buscava identificar a principal filiação às práticas culturais e linguagens artísticas por parte dos entrevistados, e, com tais identificações, construir o quadro da diversidade de atividades na Maré. Como podemos verificar nas informações representadas no Gráfico 1, a pluralidade de práticas culturais é indiscutível, embora com presenças distintas do ponto de vista quantitativo nas favelas em estudo.

Como podemos perceber de imediato, a música possui o maior destaque entre o conjunto das práticas culturais inscritas na Maré. Todavia, quando nomeamos música, estamos falando de estilos e gêneros que, no conjunto de favelas em estudo, reúnem os já tradicionais samba e forró, em seus vínculos históricos com a população local, e também os identificados com as culturas urbanas contemporâneas: hip-hop, rock, charme e funk. Todas essas expressões se reúnem no campo da música em multiplicação de práticas que convocam a fruição estética coletiva em ruas, praças, bares e equipamentos culturais, traduzindo territorialidades de acontecimentos das mais significativas na Favela da Maré.

Embora apareça como a terceira linguagem de maior representatividade das práticas artísticas, a dança se aproxima da música em todos os sentidos, uma vez que muitas das atividades consideradas como música envolvem cenas de dança. A identificação da dança como atividade principal de indivíduos e coletivos também se dá em diferentes estilos e gêneros, desde o chamado balé clássico, passando pelos tradicionais movimentos rítmicos de tradição de culturas negras (maracatu, jongo), até os atuais charme, break e passinho do menor.

É também interessante verificar como as práticas ligadas à fotografia e ao audiovisual ocupam posições de destaque entre os respondentes, demonstrando exemplarmente que as favelas não se limitam a atividades notoriamente ligadas à música e à dança. Abre-se, portanto, um campo de produção de imagens visuais e audiovisuais constitutivas de apresentações de si em seus territórios de existência, por parte dos jovens (em autorias individuais e coletivas), inclusive com obras premiadas e com exposições em museus e galerias de centros culturais nacionais e internacionais. Como exemplos importantes, podemos destacar o trabalho do grupo envolvido no *Imagens do Povo*, na fotografia, e a inserção de jovens cineastas na produção de obras filmográficas para circuitos nacionais, como o consagrado *5x Favela: Agora por Nós Mesmos*.

Outra informação relevante é a indicação da produção cultural como atividade principal assumida por parte dos entrevistados. A informação obtida revela que cada vez mais as atividades consideradas como captação e gestão recursos, organização e execução da produção, difusão e comunicação das atividades ganham importância no desenvolvimento das práticas culturais e artísticas, sendo elas configuradas em ruas, praças, bares ou em equipamentos culturais. Portanto, considerações apressadas de que nas favelas as práticas culturais são improvisadas, amadoras e precárias precisam ser superadas, sobretudo com a observação atenta aos modos de produção e aos meios de fruição de bens simbólicos cada vez mais qualificados do ponto de vista conceitual, técnico e expositivo.

É significativa a emergência de atividades ligadas à literatura (poesia, contos, romances). Embora de pequena representação quantitativa, a presença de criações literárias informa a superação de limitações de escolaridade dos jovens residentes em favelas, em particular na Maré. Pode-se dizer que há, nesse caso específico, um vínculo de jovens com as narrativas poéticas com base dos slams e saraus, geralmente mobilizados por coletivos de artistas.



Meninas se divertem no carnaval de Rua do Conjunto de favelas da Maré, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Marcia Farias / Imagens do Povo

Deve-se registrar que a pluralidade de linguagens identificadas expressa a potência da produção cultural presente nos territórios populares, traduzindo diferentes eventos estéticos. Todavia, nas tamanhas condições de desigualdade em que vivem os moradores de favelas em relação aos demais habitantes da cidade, é sempre inesperado que os territórios populares demonstrem a pluralidade de invenções e vivências culturais. O próximo item de análise diz respeito aos locais de atuação das atividades e práticas culturais dentro do conjunto de favelas da Maré. É importante observar a predominância de centros culturais, ruas/prças e escolas nas repostas dos entrevistados, anunciando as suas territorialidades de realização.

É notável que as ruas e praças ganhem o horizonte de experiências de criar, comunicar e vivenciar a cultura e as artes em suas múltiplas linguagens. A identificação das ruas e praças é própria da cultura de utilização dos espaços comuns na favela como recurso para relações de convivência e experiências de sociabilidade. Estamos falando de territorialidades de práticas criativas no âmbito da música, da dança, do teatro e da poesia que se multiplicam em sonoridades e bailados de coletivos culturais, assim como as exposições audiovisuais e a multiplicação de brincadeiras e jogos infantis e juvenis. As ruas e praças exprimem também, das marcações estéticas densas como as rodas de rima, os eventos de rock, as cenas de slam e os encontros de grupos de skate, às expressões de massa, como os bailes de funk, de charme e de forró que mobilizam milhares de pessoas da Maré e de diferentes favelas e bairros da cidade, sobretudo os jovens.

A indicação dos centros culturais como principal abrigo de atividades culturais e artísticas se apresenta como reveladora das novas condições da produção e fruição estética, inclusive por causa.

Ao observarmos os locais de atuação de coletivos e indivíduos na escala da cidade, verificamos que os eventos culturais e artísticos se realizam de modo mais contínuo no âmbito da Maré. Todavia, autores e autoras individuais ou coletivos buscam ampliar sua escala geográfica de atuação para além das suas favelas de origem. Há um percentual expressivo de indivíduos e coletivos que desbravam as fronteiras materiais e imateriais da cidade. Os autores que exercitam as travessias favela/cidade elaboram atos de visibilidade de suas práticas e, ao mesmo tempo, estão envolvidos em aprendizados com a convivência de outros diferentes autores e autoras individuais e coletivos, assim como com a experiência de trabalhar com públicos distintos. Essa circularidade em equipamentos públicos e privados, ruas, praças, esquinas e viadutos para além da Maré vem se tornando cada vez mais crescente entre os autores e autoras culturais, demonstrando a capacidade de seus bens simbólicos tangíveis e intangíveis alcançarem públicos maiores.

Quando indagamos sobre as fontes de financiamento das atividades culturais e artísticas, obtivemos como resposta majoritária a mobilização de recursos próprios para sua sustentação e, no outro extremo, a baixa participação do público na composição dos recursos de financiamento. Em seguida, aparecem as fontes de financiamento não governamentais e

governamentais, como recursos mobilizados, porém, com parte pouco significativa quando comparada ao uso de recursos próprios. Apesar de pequena representatividade quantitativa há um elemento importante nas informações obtidas: a identificação do comércio local como recurso para realização das práticas artísticas e culturais. Esse parece ser um recurso do próprio território que, recentemente, passou a ser mobilizado na Maré, e que, dada a importância da presença de atividades comerciais e de serviços locais, poderá ser uma significativa fonte de apoio às práticas culturais e artísticas, tanto para sua promoção quanto para sua viabilidade.

Embora os autores e autoras não contêm necessariamente com frequência e volume de recursos de financiamento advindos da audiência, não se pode dizer que não há geração de renda e trabalho no entorno das cenas de arte e cultura. Os bailes funk, por exemplo, atraem milhares de pessoas e se realizam nas principais ruas do Parque União, Nova Holanda e Vila do João. O público não paga ingresso, mas consome produtos diversos em uma miríade de pequenos negócios ambulantes de bebidas e alimentação. Há, portanto, uma pujante economia popular presente no entorno das cenas estéticas que pode ser ampliada e mais bem revertida para a sustentabilidade das práticas culturais e artísticas em ações interseccionais envolvendo os agentes de economias e as autorias artísticas de maneira mais perene e ordenada.

É importante observar que, além das dificuldades estruturais que fazem parte da realidade da cena estética da Maré, existem também situações próprias ao contexto atual, como a da redução de investimentos na área da cultura pelos governos municipal e estadual, particularmente afetando a abertura e a própria execução de editais, afetando diretamente projetos e instituições em territórios populares.

As dificuldades identificadas na captação de recursos de financiamento e na geração de receitas próprias nas atividades culturais implicam oportunidades muito distintas de remuneração. As entrevistas apontaram desde situações de ausência de remuneração (39%) até a dependência da realização de eventos (39%). Autores e autoras com remuneração mensal regular representam um grupo muito pequeno entre os entrevistados, apenas 15%.

No que concerne à remuneração dos componentes, as respostas apontaram para as formas temporárias como predominantes, implicando limitações evidentes à dedicação das atividades por parte de seus autores e autoras e dos técnicos que lhes servem de suporte eventual ou duradouro. Essa situação de precarização, na maioria das vezes, está ligada à periodicidade dos eventos (semanais, quinzenais e mensais), ao reduzido fluxo temporal de financiamento geralmente concedido à realização de eventos e/ou a projetos com prazos de duração/realização cada vez mais reduzidos. Podemos dizer que, neste caso específico, há uma frágil condição de trabalho de criação, de produção e inclusive de gestão no conjunto de muitas das práticas estudadas. O processo aludido tem seus impactos no tempo de dedicação dos autores e autoras às práticas de arte e cultura.

Na maioria das vezes, e por causa das condições objetivas de financiamento, se faz necessário conciliar as atividades propriamente ditas de cultura com outras formas de trabalho (vide Gráfico 7). Essa situação não só tende a reduzir o potencial da criação de bens simbólicos como tem suas implicações na captação de recursos, na formulação de projetos e até mesmo na produção mais qualificada das cenas estéticas.

Os limites de financiamento e de aquisição de receitas próprias regulares forçam os autores e as autoras a construir estratégias locais para realização de suas atividades. Longe de se caracterizar como uma atitude intermitente ou ocasional, o empenho de fazer junto é uma demonstração do vigor de atuação dos indivíduos e dos coletivos.

As práticas solidárias em redes colaborativas reúnem diferentes linguagens e autorias para criar seus eventos. Esse é um percurso de agenciamento de ativos materiais e imateriais presentes nos territórios, aproveitando relações de coexistência para criar territorialidades culturais. Nesse caso, não se trata simplesmente de uma cadeia produtiva popular, na qual cada agente gera entregas de produtos em um arranjo particular de divisão técnica popular do trabalho da cultura. Na verdade, identificamos em nosso estudo significativos modos de organizar e meios de fazer configuradores de redes de valores tangíveis e intangíveis, criadas com participação de artistas, produtores, instituições (organizações não governamentais, blocos de Carnaval, associações de moradores, escolas públicas etc.) e empreendimentos locais (bares, padarias, restaurantes, salões de beleza etc.).

Os principais custos estão associados às novas exigências técnicas e tecnológicas da produção e fruição estética urbana em retradução nas favelas, que se fazem presentes em diversas linguagens: da música à dança, da fotografia ao audiovisual, dos bailes e festas nas ruas às exposições em centros culturais. Tais condições estruturantes trazem exigências de habilidades e capacidades profissionais outras para além do próprio artista, com demandas (e custos) de profissionais técnicos.



Montagem do mural de fotografia do coletivo Favela em Foco. Exibição de fotografias dos moradores da comunidade. Conjunto de favelas do Alemão, Rio de Janeiro, Brasil.
Copyright Esta imagem só poderá ser usada com autorização, por escrito, do autor dessa imagem.

Ao investigar a longevidade das práticas, identificamos que a maioria (59%) das práticas culturais apresenta mais de cinco anos de atividade, demonstrando uma incrível capacidade de organização e mobilização social diante da imensa dificuldade de captação de recursos públicos e privados, das dificuldades de manutenção e continuidade da remuneração dos autores e autoras, além dos custos crescentes de produção das atividades.

Observando as principais demandas para realização das atividades de produção mencionadas nas entrevistas (Gráfico 12), veremos que estão diretamente associadas a financiamento e patrocínio (64%). Por outro lado, itens como equipamentos técnicos, infraestrutura e recursos humanos apresentam menores demandas. Neste caso específico, podemos confirmar a importância das redes de valores tangíveis e intangíveis para realização de suas práticas artísticas e culturais, como anteriormente identificado.

O conhecimento na política pública e a valorização social são apresentados como demandas pelos entrevistados, um indicador de que muitas dessas atividades, mesmo já sendo realizadas há mais de cinco anos, estão ainda invisíveis para as políticas de patrocínio e fomento públicos e privados.

No plano mais objetivo, podemos afirmar que o reconhecimento das potências culturais e artísticas da Maré implica suportes financeiros, técnicos e de gestão para a realização ampliada das atividades com regularidade e rentabilidade, evidentemente com respeito à autonomia criativa dos seus autores e autoras e aos princípios de sociabilidade que regem as suas cenas estéticas. É possível acrescentar também uma maior atenção para os sujeitos implicados em territorialidades dinâmicas e plenas de inventividades, no sentido de uma maior sinergia para as coexistências de atividades que o território abriga, tornando-o um diferencial para o desenvolvimento econômico local impulsionando intersecções com a cultura.



Menino morador do Aglomerado Barragem Santa Lucia. Minas Gerais, Brasil.
Copyright Francisco Valdean / Imagens do Povo

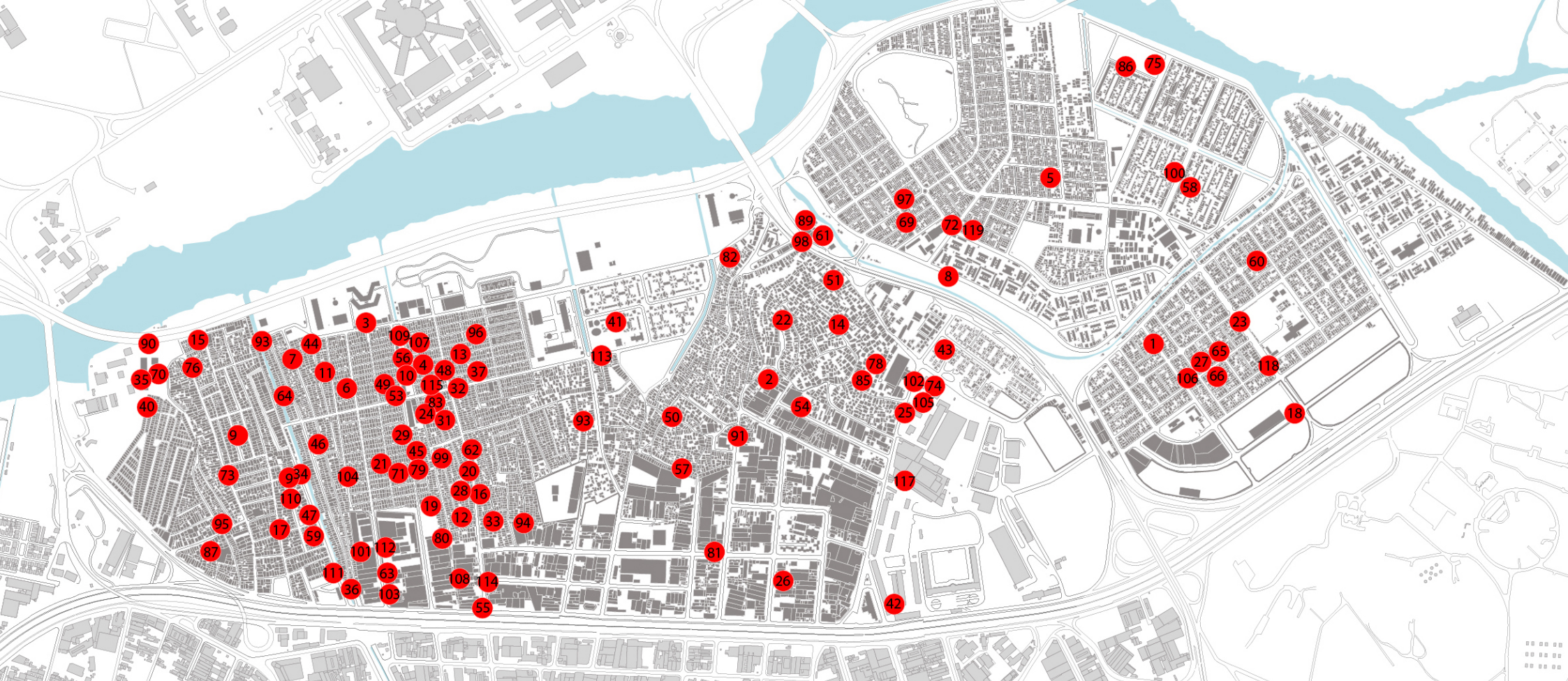
CARTOGRAFIA DAS TERRITORIALIDADES DE PRÁTICAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS NA MARÉ

Em paralelo ao processo de sistematização dos dados foi sendo produzido o mapa geral de práticas culturais identificadas em suas linguagens específicas, compondo uma ampla cena criativa da cultura no conjunto de favelas da Maré. A peça cartográfica abriga um inventário global de práticas culturais e artísticas a partir dos dados de localização inventariados na realização das entrevistas.

A diversidade de dinâmicas e conteúdos dos saberes culturais e fazeres de arte identificada em nossos estudos tornou possível a elaboração de uma cartografia sensível de territorialidades inventivas de produção e fruição cultural, cujos referenciais temáticos aglutinadores de ações estão identificados como feiras, festas, espaços das organizações da sociedade civil, equipamentos culturais e práticas culturais. Os diferentes repertórios se entrelaçam em territorialidades de fruição notadamente coletivas e comuns. São espaços de sociabilidade como praças, ruas, quadras esportivas, bares, salões de festas de igrejas, escolas e bibliotecas, que desabrocham como o principal recurso para o compartilhamento de experiências artísticas nas favelas.

A rara presença de equipamentos de arte e cultura públicos e/ou privados em favelas, associada à baixa mobilidade de seus jovens e adultos na cidade, faz com que os grupos culturais inventem modos de apropriação e uso de sua dimensão pública local, em processos plurais de organização da produção e fruição de cenas estéticas, traduzindo intenções e ações que ampliam a agenda de direitos dos territórios populares.

Do processo assinalado, começam a emergir experiências concretas, assim como possibilidades ainda não inteiramente conhecidas, inclusive por parte de muitos dos próprios autores e autoras locais. A cartografia de territorialidades permite registrar as redes de valores tangíveis e intangíveis construídas, assim como estimular a ampliação de possibilidades de sinergias de economia da cultura, viabilizando o conhecimento e reconhecimento das práticas criativas no conjunto de favelas estudadas. Portanto, acreditamos que os estudos desenvolvidos no âmbito de nosso projeto são uma contribuição significativa tanto para planejamentos participativos em escalas localmente situadas como também para repensar políticas culturais mais amplas, envolvendo territórios populares e a cidade do Rio de Janeiro em seu conjunto socioespacial mais abrangente.



INDIVÍDUOS

artes plásticas

1. Afonso Carlos
2. Vanessa da Costa

artesanato

3. Carlos Eduardo
4. DEVAS - Artesãs da Maré
5. Dona Edite
6. Mães da Maré
7. Wallace Souza

audiovisual

8. Cadu Barcellos
9. Cineminha no beco
10. Escola de Cinema Olhares da Maré
11. Iury de Carvalho Lobo
12. Aladin fotografia
13. Matheus Pacheco

14. Patrick Mendes
15. Raphael Vicente

bailes e festas

16. Baile da Nova Holanda
17. Baile do P.U.
18. Cantinho do Forró
19. Dark festas L.G.B.T.
20. Os grandes da Black
21. Pagofunk da BT

blocos e agremiações

22. Bloco se benze que dá
23. Bloco do gargalho
24. Gato de Bonsucesso

Capoeira

25. Capoeira Angola Ypiranga de Pastinha

GRUPOS

26. Maré de bambas
27. Mestre Iran

Comunicação

28. Amarêvê
29. Data-labe
30. Maré de Informações
31. Maré de Notícias
32. Nova Holanda e Parque União
33. Thais Cavalcante

dança

34. Andreza Jorge
35. Ativa Break
36. Cia de Dança Lia Rodrigues
37. Douglas Barreto
38. Kastelany

39. Willian Nascimento
40. Maré skills
41. Maré sobressaltos
42. Passinho sem fronteiras

educação cultural

43. bUsina Social
44. Ecomaré
45. Maré de crespinhos
46. Transitando
47. Maré de beleza

fotografia

48. Amanda Baroni
49. Bira Carvalho
50. Davi Marcos
51. Douglas Lopes

52. Elisangela Leite
53. Fagner França
54. Francisco Valdean
55. Imagens do Povo
56. Mão na Lata
57. Marcia Castro
58. Rosana Rodrigues

gastronomia

59. Maré de Sabores

graffiti

60. Renato Cafuzo
61. Thiago Cicero

literatura

62. Adriana Kairos
63. Marcos Diniz
64. Matheus Araujo
65. Sara Alves
66. Vagner Lima

música

67. Adaugiso
68. Ágona
69. Algoz
70. Conexão Jamaica gang
71. Dj Rodrigo Fox
72. Grupo no lance
73. Henrique Gomes
74. Hip Hop na Maré
75. Klaus Grunwald
76. Maré de rimas
77. Maré de samba
78. Mareimbau
79. Mc Babalu
80. Mc Dourado
81. Metanoia
82. Orquestra Maré do Amanhã
83. Pandorelando

84. Paulo Fox
85. Ricardo Mirapalheta
86. Rock em Movimento
87. Rodrigo Maré
88. Ruth Rosa

rima declamada

89. Batalha do Pontilhão
90. Roda cultural do parque união
91. Roda cultural do 4 centenário

produção cultural

92. Begha
93. Diego Reis
94. Geisa Lino
95. Jean Carlos

96. Letícia Souza
97. Maré de Rock

skate

98. Coletivo skate maré
99. Maré Longboard

teatro

100. Bianca Barbosa da Silva
101. CIA Marginal
102. Entre lugares Maré
103. Grupo Atiro
104. Grupo Pantera
105. Jefferson Melo
106. Marémoto

INSTITUIÇÕES

biblioteca

107. Biblioteca Lima Barreto
108. Biblioteca Vida Real
109. Sala de leitura Cecilia Meireles

centro cultural

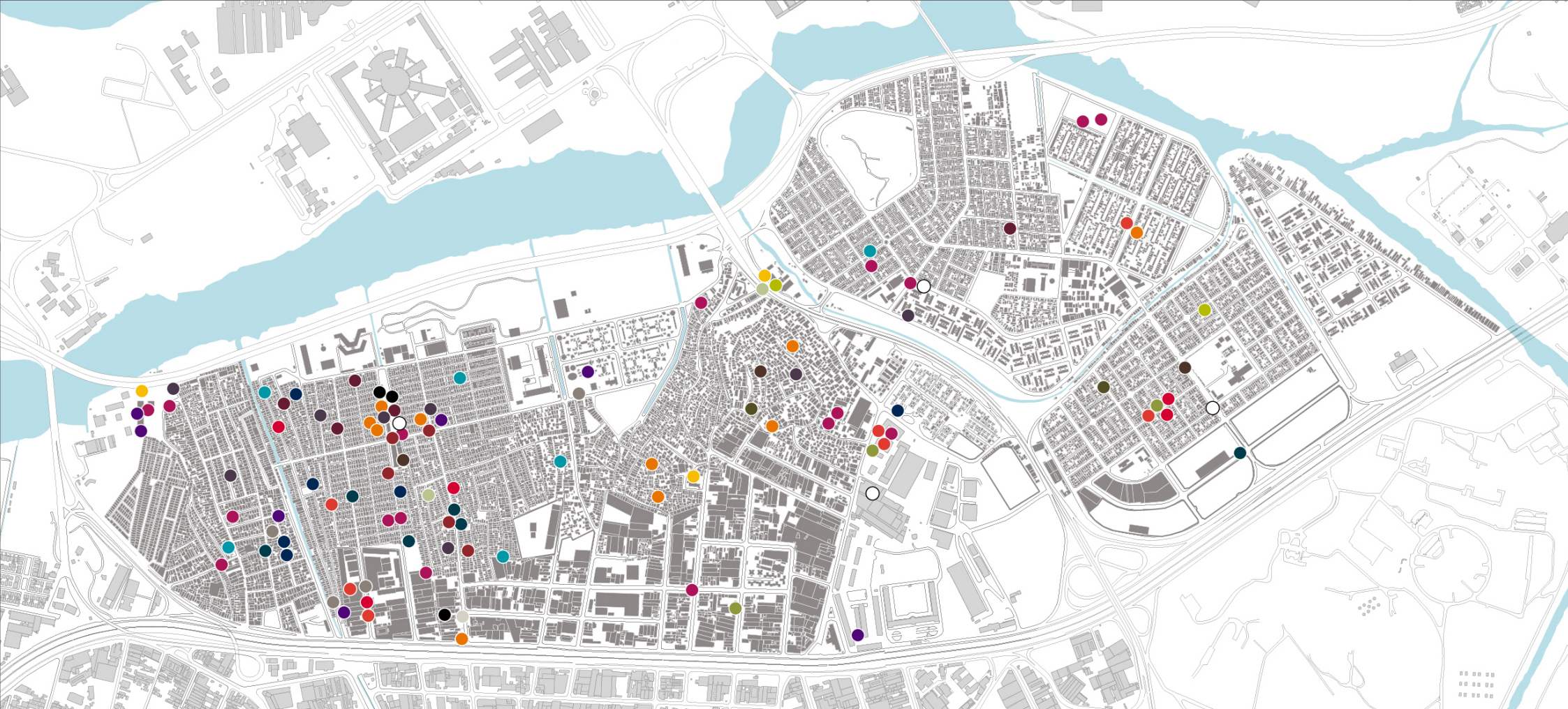
110. Casa das Mulheres
111. Centro de Artes Bela Maré
112. Centro de Artes da Maré
113. Lona Cultural Herbert Viana

educação cultural

114. Instituto Vida Real

espaço de eventos

115. Angolanos
116. Cantinho do Forró
117. Dogueria
118. Estrela da Vila
119. Tabacaria Dreadlocks
120. Zé Toré



 INDIVÍDUOS

 GRUPOS

 INSTITUIÇÕES

artes

capoeira

grafite

skate

biblioteca

artesanato

comunicação

literatura

teatro

centro

audiovisual

dança

música

educação cultural

bailes e festas

educação

produção cultural

espaço de eventos

blocos e agremiações

fotografia

rima declamada

10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado traduz uma cartografia sensível de experiências diversas de realizadores de arte e cultura das favelas da Maré. Sejam esses realizadores coletivos, sejam individuais. São todos eles expressões dos fazeres da arte e dos saberes da cultura urbana em condições socioeconômicas profundamente desiguais. Entretanto, podemos identificar modos de produção, meios de organização e formas de realização de ações que mobilizam sujeitos criadores da cultura e da arte em territórios populares da cidade.

Como vimos, a música (associada à dança) é a expressão mais comum das linguagens artísticas nas favelas estudadas. É bem verdade que a música é diversa e plural nesses territórios. O samba e o pagode, o forró e sertanejo, o hip-hop e os múltiplos estilos funk são expressões da multiplicidade dos estilos musicais das favelas. Outras linguagens também ganham emergência na Favela da Maré, a exemplo da fotografia e do audiovisual, demonstrando a elaboração de outras narrativas estéticas, sobretudo por parte de jovens. Cabe, então, ressaltar a incidência cada vez maior das tecnologias de comunicação e informação como possibilidade de mobilização criativa de jovens de territórios populares na cena cultural urbana contemporânea.

Apesar da inventividade e pluralidade das narrativas estéticas da Favela da Maré, seus realizadores ainda permanecem distantes dos financiamentos públicos e dos patrocínios privados. Todavia, os criadores de arte e cultura nas favelas inventariadas seguem mobilizando seus próprios recursos, justamente com os que estão dispostos em seus territórios de morada (apoio do comércio local, incentivo de organizações não governamentais, da produção e venda de bens, relações de compartilhamento solidário), para realizar suas atividades de trabalho.

É nessa perspectiva que percebemos a criação de tessituras de solidariedades colaborativas, para além dos diretamente envolvidos com a produção cultural e artística, permitindo aos realizadores a obtenção de recursos para garantir a persistência de suas ações.

O mesmo podemos afirmar no que concerne ao uso de equipamentos culturais de organizações sociais, blocos de Carnaval e escolas públicas, muitas vezes cedidos gratuitamente, e que se tornaram primordiais para construir cenas estéticas nas favelas, assim como o uso de ruas, praças e bares em sua dimensão de territórios comuns. A rara presença de financiamento e de equipamentos públicos de cultura nas favelas estudadas não significa que a cultura nesses territórios não exista, ou que seja absolutamente frágil e precária.

Há iniciativas que possuem mais de cinco anos de presença nas favelas, assim como há atividades que mobilizam públicos significativos, como os bailes funk, as rodas de samba e pagode, as batalhas de hip-hop, os bailes de forró, as práticas esportivas e as festas compartilhadas entre vizinhos.

Essa extraordinária experiência faz das ruas, praças, quadras esportivas, campos de futebol e lajes de residências suas territorialidades de compartilhamento de narrativas estéticas, demonstrando outras possibilidades de convivência social e outras dimensões para reinvenção política do espaço público urbano. A inventividade cultural e artística presente nas favelas permite projetar um promissor desenvolvimento socioeconômico em bases efetivamente coletivas e solidárias como compartilhamentos de produção, comunicação e fruição estética.

Para tanto, fazem-se necessários novos conceitos para formulação e novas metodologias de políticas culturais, sobretudo para investimentos em redes colaborativas que envolvam indivíduos, grupos e coletivos; sujeitos implicados que atuam nos territórios populares e inventam redes de valores tangíveis e intangíveis como tessitura do simbólico ao social, e desses ao econômico.

Acreditamos que este estudo também contribui para a elaboração e afirmação de uma agenda de democratização das políticas públicas de arte e cultura na cidade do Rio de Janeiro, tendo em sua centralidade o reconhecimento das culturas populares e seus territórios de acontecimento. Igualmente, acreditamos na possibilidade de estimular novos conceitos para experiências concretas de economia criativa da cultura, sobretudo ao considerar as territorialidades inventivas em favelas e periferias urbanas.

REALIZAÇÃO:



**OBSERVATÓRIO
DE FAVELAS**

PATROCÍNIO:



CAU/BR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil